

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" -  
CAMPUS DE MARÍLIA**

**EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA**

**AS FACES DA MESMA MOEDA: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIMENSÕES DO  
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

**MARÍLIA**

**2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" -  
CAMPUS DE MARÍLIA**

EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA

**AS FACES DA MESMA MOEDA: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIMENSÕES DO  
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para o conselho de curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - campus de Marília, para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luís Antônio Francisco de Souza

MARÍLIA

2021

D997f Dyna, Eduardo Armando Medina  
As faces da mesma moeda : uma análise sobre as dimensões do  
Primeiro Comando da Capital (PCC) / Eduardo Armando Medina  
Dyna. -- Marília, 2021  
90 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) -  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e  
Ciências, Marília  
Orientador: Luis Antônio Francisco de Souza

1. Primeiro Comando da Capital. 2. PCC. 3. Segurança Pública. 4.  
Crime. 5. Estado. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**EDUARDO ARMANDO MEDINA DYNA**

**AS FACES DA MESMA MOEDA: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIMENSÕES DO  
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)**

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.  
da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - campus  
de Marília, na área de concentração em sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

UNESP

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.a Dr.a Camila Caldeira Nunes Dias

UFABC

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

UNESP

Marília, 06 de abril de 2021

## AGRADECIMENTOS

São tantos agradecimentos, sentimentos e carinho que eu tenho com todas as pessoas que conheci na minha primeira graduação, que nem um livro expressaria essas sensações. Mas o que tenho certeza, é que todos esses anos de conhecimento, risadas, amadurecimento, alegrias e experiências serão inesquecíveis pelo resto da minha vida.

Infelizmente, estamos em tempos atípicos e complicados devido a pandemia da Covid-19, de intolerâncias, descontrole, negligência e problemas políticos e sociais. Presto meus sentimentos a todos que sofreram com essas causas.

Pois bem, agradeço primeiro a toda minha família, meus amigos, amigas, colegas, familiares, camaradas, professores, funcionários que fiz em toda minha jornada na Unesp e em Marília. São tantas pessoas que deveria mencionar, mas infelizmente não caberia nesta página.

Ao meu pai, minha mãe, meus irmãos, meus avós, minhas famílias e amigos de Osasco, São Paulo, minha “família Márcia” de Marília, meus queridos amigos de sala, meus inúmeros amigos que fiz na Unesp e fora dela, meus camaradas e meu amor. Sem a ajuda de vocês durante esses anos, minha vida seria totalmente diferente e mais triste, o contato com cada um me deixou mais feliz e motivado para planejar os próximos passos do meu futuro.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET) por ser bolsista e a todos integrantes que durante 3 anos, foram a minha fonte de ajuda, trabalho e aprendizado para minha formação inicial como cientista social, pesquisador e um ser humano melhor.

Agradeço aos integrantes do Grupo de Estudos de Segurança Pública (GESP) pelas provocações, ensinamentos, aprendizagens e longos debates sobre Foucault, crime, disciplina e prisão. Sem o GESP não teria a formação que tenho atualmente.

Agradeço também a minha amiga pelas nossas pesquisas e publicações pelo Observatório de Segurança Pública (OSP).

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da minha Iniciação Científica, que foi a base fundamental para este trabalho e outros que virão pela frente.

Agradeço ao meu orientador Profº Drº Luís Antônio por todo apoio, amparo e orientação para a realização do meu trabalho e por me iniciar nessa temática e na vida acadêmica, sem sua ajuda eu não teria conseguido.

Agradeço a Unesp pela experiência única de ser unespiano, pelo convívio diário, pela militância e lutas estudantis, pela bateria, pelo esporte, pelo lazer, pelas aulas e professores, o meu imenso agradecimento.

Por fim, essa simples mensagem tem um grande significado, “eternizando” para todos o quão feliz eu fui na Unesp de Marília.

*“Crime de rico a lei cobre, o Estado esmaga o oprimido  
Não há direitos para os pobres, ao rico tudo é permitido”*

(A Internacional dos trabalhadores. Hino, 1871)

## RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos da organização “Primeiro Comando da Capital” (PCC), pesquisando as atuações do grupo sob a perspectiva da segurança pública e suas disputas de poder entre o PCC e as instituições estatais de segurança pública paulista. A facção surgiu em 1993 nas prisões paulista, se tornando ao longo dos anos um importante protagonista nas políticas de segurança pública e atuando nas dimensões do legal ao ilegal. Diante disso, é pesquisado todo contexto histórico da organização, desde o surgimento, até suas fases e rupturas, o que ocasionou com novas situações singulares do comando e novos enfoques do crime no Brasil. Além dessas questões, são investigadas as relações de saber-poder de outras instâncias que são enquadradas nesse campo da segurança pública. Assim, serão estudados os discursos da grande mídia, da polícia, dos políticos e de todos os setores conservadores da sociedade que moldam no imaginário do senso comum, o “sujeito bandido”, produzindo políticas de segurança pública a partir dos governos e instituições estatais, que se empoderam contra um inimigo abstrato, que rende lucro para quem discursa e poder para quem age. Dessa forma, há interesses de alguns setores da sociedade para as políticas públicas vigentes, pois elas formam uma sociedade amedrontada, que busca na figura da polícia, nos discursos da mídia e/ou políticos para se proteger. Destarte, foi trabalhada uma ampla revisão teórica, discutindo sobre as questões dos discursos que formam os saberes no campo da segurança pública, relacionando com as políticas dos governos paulistas (1983 - 2018) nessa pasta, gerando conflitos, controvérsias e massacres. Após essa discussão teórica, é pesquisado o PCC, desde seu surgimento, passando por suas atuações e estrutura política interna, para que posteriormente faça uma análise histórica, evidenciando cada fase da organização, marcado por suas rupturas e inovações. Assim, inicia-se o conteúdo sobre os diversos ramos que a facção atua, seja nas frentes política, bélica, econômica e social, transformando a figura do partido em uma complexa relação em suas formas de atuação e identidade. Portanto, o conteúdo mostra um conhecimento feito a partir de uma questão teórica sobre os temas, da revisão bibliográfica dos autores, do estudo da análise do discurso e da genealogia do poder, um novo material, produzido em prol das ciências sociais e segurança pública, com o intuito de compreender as dimensões do PCC e a relação vital de interesses no campo da segurança pública.

**Palavras chaves:** Primeiro Comando da Capital. Estado. Polícia. Segurança Pública. Facções.

## **ABSTRACT:**

This paper aims to analyze the aspects of the organization “Primeiro Comando da Capital” (PCC), researching the group's actions from the perspective of public security and its power disputes between the PCC and the state public security institutions in São Paulo. The faction emerged at prisons in São Paulo in 1993, over the years becoming an important protagonist in public security policies and acting in the legal to illegal dimensions. In view of this, the entire historical context of the organization is researched, from the beginning, until its phases and ruptures, which resulted in new singular situations of the command and new approaches to crime in Brazil. In addition to these issues, the relations of knowledge-power of other instances that are framed in this field of public security are investigated. Therefore, the speeches of the mainstream media, the police, politicians and all conservative sectors of society that shape the “bandit subject” in the imagination of common sense will be studied, producing public security policies from governments and state institutions, who empower themselves against an abstract enemy, which yields profit for those who speak and power for those who act. Thus, there are interests of some sectors of society for the current public policies, as they form a frightened society, which seeks the figure of the police, the media and/or politicians' speeches to protect themselves. Hence, a broad theoretical review was made, discussing the issues of the speeches that form the knowledge in the field of public security, relating to the policies of the São Paulo governments (1983 - 2018) in this portfolio, generating conflicts, controversies and massacres. After this theoretical discussion, the PCC is researched, since its inception, going through its actions and internal political structure, so that later it can make a historical analysis, showing each phase of the organization, marked by its ruptures and innovations. After this, the content begins on the different branches that the faction operates, whether on the political, military, economic and social fronts, transforming the party figure into a complex relationship in its forms of action and identity. Therefore, the content shows a knowledge made from a theoretical question on the themes, from the authors' bibliographic review, from the study of discourse analysis and the genealogy of power, a new material, produced for the benefit of the social sciences and public security, in order to understand the dimensions of the CCP and the vital relationship of interests in the field of public security.

**Palavras chaves:** First Capital Command. State. Police. Public Security. Factions.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:**

ADA - Amigo dos Amigos

ANEV - Ator Não Estatal Violento

CBRC - Comando Brasileiro Revolucionário da Criminalidade

CDL - Comando Democrático da Liberdade

CE - Ceará

COE - Comando de Operações Especiais

COMPAJ- Complexo Penitenciário Anísio Jobim

CV - Comando Vermelho

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

FDN - Família do Norte

GATE - Grupamento de Ações Táticas Especiais

GESP - Grupo de Estudos de Segurança Pública

GEVAC - Grupo de Estudos de Violência e Administração de Conflitos

MIR - Movimento da Esquerda Revolucionária

NEV - Núcleo de Estudos de Violência

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

OSP - Observatório de Segurança Pública

PC - Polícia Civil

PCC - Primeiro Comando da Capital

PGC - Primeiro Grupo Catarinense

PJL - Paz, Justiça e Liberdade

PM - Polícia Militar

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR - Paraná

PROAR - Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

RDD - Regime Disciplinar Diferenciado

RJ - Rio de Janeiro

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SAP - Secretaria de Administração Penitenciária

SEAP - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas

SEDUC - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

SIN-RN - Sindicato do Rio Grande do Norte

SP - São Paulo

SS - Seita Satânica

SSP - Secretaria de Segurança Pública

TCP- Terceiro Comando Puro

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1-Introdução</b> .....	12
a-) Revisão Bibliográfica dos autores.....	12
b-) Do medo aos discursos: Impacto dos poderes sobre a Segurança Pública.....	18
<b>2- Constituição do complexo prisional em São Paulo</b> .....	25
a-) Políticas de Segurança Pública dos governadores de São Paulo.....	25
b-) O massacre do Carandiru 1992.....	34
<b>3- Da ação a reação: Surgimento do PCC</b> .....	38
a-) O surgimento através do futebol.....	38
b-) O Primeiro estatuto do partido.....	41
<b>4- PCC: da facção a hegemonia</b> .....	48
a-) Os primeiros passos: 1993 - 2001.....	48
b-) As reconfigurações de poder: 2001 - 2006.....	52
c-) Pacificação e Hegemonia: 2006 - 2012.....	55
d-) Da expansão à fase internacional: 2012 - 2016.....	58
e-) Da geopolítica a guerra das facções: 2016 - 2018.....	62
<b>5- As faces da mesma moeda</b> .....	69
a-) A dimensão política do PCC.....	70
b-) A dimensão bélica do PCC.....	71
c-) A dimensão econômica do PCC.....	73
d-) A dimensão social do PCC.....	75
<b>Conclusão</b> .....	80
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	83
<b>Bibliografia Complementar</b> .....	87

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a complexidade que é o objeto Primeiro Comando da Capital e a questão da segurança pública não foi algo simples, isto deteve muito trabalho e estudo para criar uma sólida revisão bibliográfica sobre os temas, construindo uma monografia que possibilitará uma apresentação fundamentada sobre o PCC e outras questões que permeiam o objeto de estudo.

Dessa maneira, “As faces da mesma moeda: uma análise sobre as dimensões do Primeiro Comando da Capital (PCC)”, título deste trabalho, é uma metáfora que será explicada ao decorrer do texto, tratando o PCC para além dos aspectos morais de bem e mal e do certo e errado, mas em diversas dimensões analíticas, isto é, ele como aspectos e características de organização política, uma economia, um exército e/ou uma jurisdição, de normas sociais, uma cultura, uma identidade ou um poder paralelo ao Estado. Essa mutação de significados e posições será vista pelo trajeto histórico da organização em relação ao Estado, criando um vínculo de dois poderes reais e uma relação tênue entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. O objetivo, portanto, é analisar o objeto sem fazer considerações *a priori*, como os discursos do senso comum produzem, sem ter pretexto de defender o PCC ou demonizar, mas sim compreender, averiguar e relacionar seus impactos com a segurança pública e a sociedade brasileira. Em suma, são diferentes modos para investigar as dimensões da facção através de uma perspectiva, o que gera uma complexibilidade para analisar o Primeiro Comando da Capital e quais são suas frentes de atuação.

### **a-) Revisão Bibliográfica:**

Assim, será construído neste capítulo uma observação sobre os principais autores e objetos que foram dedicados nesta pesquisa, como temas centrais o PCC; Estado; Políticas de segurança pública; Violência; Crime. Para abordar essas palavras chaves foi necessário pesquisar através do zelo científico sem cair nos discursos, algo que foco ao longo do texto. Dessarte, o cuidado da bibliografia consultada em não reproduzir estereótipos e demonizar *a priori* o objeto de pesquisa, também será colocada nesta obra. Por meio disso, o PCC não será

definido como “organização criminosa<sup>1</sup>”, ou reduzido como um fenômeno do crime pelo aspecto moral, algo que é comum nos discursos midiáticos e policiais. Mas sim, tipificá-los através das etnografias e teorias que decorrem sobre o mesmo. Sendo assim, o objeto desse estudo será tratado como: “Organização”, “Comando”, “Facção”, “Irmandade”, “Grupo”, “Partido”, entre outros rótulos que nos auxiliem a compreendê-lo em seus aspectos principais.

Para iniciarmos, é importante ressaltar que os grupos de pesquisa associados às universidades públicas são os núcleos centrais na fomentação de pesquisas e estudos sobre essa temática, dentre eles, destacam-se o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), principal expoente de número de pesquisas feitas e autores associados com uma vasta base de dados sobre o PCC e segurança pública de modo geral, o Grupo de Estudo sobre a Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCAR) e o Observatório de Segurança Pública da Universidade Estadual Paulista (OSP/UNESP)<sup>2</sup> que foi fundamental para o levantamento bibliográfico deste texto. Além disso, existem instituições de pesquisa que não são associadas diretamente às universidades, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Centro de Estudos da Metrópole que produzem investigações e conteúdos para fins acadêmicos e para a sociedade.

Como dito, grande parte das referências foram encontradas pelo trabalho desses núcleos de pesquisas que há décadas se empenham na averiguação indisciplinar sobre o campo da violência e segurança pública. As obras de Misse (1995, 2008, 2010, 2011) tratam sobre o fenômeno do Crime no Rio de Janeiro e destacam como esse imbróglio se tornou cada vez maior e um grave problema social. O autor salienta que os problemas de desigualdade social, da ascensão do chamado pela opinião pública de “crime organizado” e da violência, só começaram a ser abordados com mais rigor a partir do final da década de 1970, com novas análises sobre esses tópicos (MISSE, 1995, p. 5).

Portanto, essa temática de estudo é promissora, pois as novas dinâmicas da sociedade urbana se intensificaram no período final da ditadura civil militar no Brasil. Com isso, o pesquisador foi um dos primeiros a analisar que os estereótipos do senso comum eram traçados pela relação do crime com a pobreza e violência (MISSE, 1995, p. 12), sendo que, para o autor, a distinção do tratamento entre os crimes cometidos pelos ricos eram extremamente diferentes dos cometidos pelos pobres, trazendo uma ótica classista sobre o problema geral (MISSE, 1995, p. 13).

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que o artigo de Adorno e Salla (2007) define o PCC como uma organização criminosa após o reflexo dos ataques de Maio de 2006 que paralisaram o estado de São Paulo. <sup>4</sup>

<sup>2</sup> Junto ao OSP, também participo do Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP) da Unesp de Marília.

Outro autor de extrema importância em estudos sobre a violência e o crime é Feltran. Ele abordou as mais diversas temáticas entre a relação do mundo legal e ilegal. Essa associação entre violência nas periferias e o crime (2008, 2010, 2012) têm uma configuração do Estado medida pela força policial e contra a ameaça dos bandidos. Inclusive, Feltran (2007) parte de sua etnografia e estudos teóricos para instruir-se sobre os significados das denominações bandido e criminoso nos ambientes periféricos de São Paulo. Deste modo, ele analisa que o “mundo do crime” é uma nova realidade dos sujeitos que exercem suas sociabilidades próprias e as práticas ilícitas são normalizadas em seu modo de vida (FELTRAN, 2007, p. 2). Portanto, Feltran consegue analisar que o crime e os sujeitos apresentam uma nova realidade em suas relações sociais.

Assim, o crime tem em seu âmbito o aspecto de uma construção social (MISSE, 2008, p. 5) e uma problemática das relações do Estado com a sociedade, provido por políticas da pasta de segurança pública. De acordo com isso, diversos autores arquitetaram um balanço histórico das políticas de segurança pública em São Paulo. Salla (2007) avalia uma nova ruptura histórica no processo de transição do período autoritário ao democrático. Ele fez uma extensa análise das políticas de governo do Estado de São Paulo que segundo o mesmo, foi responsável pelos novos problemas como a extrema violência policial, a criação do PCC e os conflitos que marcaram 2006. Dessa maneira, o pesquisador demonstra que durante o período democrático a herança da repressão militar ainda estava intrínseca no aparato do Estado e na opinião pública.

Outra autora que vale destacar seu imenso trabalho nas políticas de segurança pública em São Paulo é Silvestre (2018). Ela aborda o projeto institucional e o papel das polícias civil e militar no combate ao crime. As análises da autora demonstram que ao longo dos anos houve um processo de fortalecimento da polícia militar e enfraquecimento da polícia civil, algo que pode ser observado pela relação do poder econômico, político e bélico das instituições (SILVESTRE, 2018, p. 292). Uma das justificativas, segundo esta obra, era o problema de corrupção da polícia civil que prejudicava a instituição policial, dando margem ao crescimento da criminalidade (SILVESTRE, 2018, p. 233), algo que não se encontrava pela PM, uma vez que a sua estrutura militar impedia que problemas desse tipo acontecesse.

É interessante analisar que tanto Salla (2007) quanto Silvestre (2018), conseguem demonstrar que as políticas do governo do estado encabeçadas pelo secretário de segurança pública e/ou secretário de administração penitenciária, instituíram mais poder para as polícias no combate de um inimigo, que muitas vezes era apenas um estereótipo como Misse (2010) trata em sua obra, e as consequências foram a reprodução de discursos que amedrontam e

estigmatizam a sociedade paulista, criando um mito sobre o PCC. É desse mito que se desfruta das redes de sociabilidade que estão dentro do “mundo do crime” (FELTRAN, 2007).

A importância dada para pesquisar o PCC inicia-se a datar os primeiros anos deste século, quando a organização consegue expandir e se mostrar cada vez mais para a opinião pública. Desta forma o objetivo de entender o que era aquele grupo de presos que conseguiu feitos até então inimagináveis, fez de diversas obras, o intuito de compreender o que é o comando, sua história, seus líderes, seus dilemas e principalmente quais eram os próximos objetivos da facção.

Começando pelo livro do jornalista Jozino (2017), que durante tanto tempo trabalhou com jornalismo policial, cobrindo as mais variadas notícias desde a década de 1980. Ele produziu um exemplar empírico sobre a história do PCC, que contém entrevistas com as mulheres dos presos e o relato sobre os primeiros anos de construção da facção. Nesta obra cheia de minúcias e narrativas próprias, ele relata as ações fundamentais e contradições que marcaram o PCC, como suas ideias principais, alianças com outras facções, o empenho de atacar seus inimigos, a reorganização do poder e as ações correspondentes a violência que o grupo exercia dentro e fora das prisões. Sua linguagem não acadêmica e leve auxilia para entender melhor a história do comando, além de sua longa trajetória como jornalista.

Uma das pesquisadoras que mais produziram acerca desse tema, foi a socióloga Dias (2009a, 2009b, 2010, 2011a, 2011b), que conseguiu a partir das pesquisas de campo e do engajamento teórico, analisar todo processo histórico do PCC e suas fases, além de explorar outros tipos de comportamentos que vão além das cadeias, que são os territórios dominados pela facção. Em sua obra principal, Dias (2011a) verifica um processo de transformação do PCC como um monopólio de violência que domina diferentes territórios e o transforma em um contraditório processo de pacificação. Essa teoria é a principal hipótese que será testada nesta pesquisa e que trouxe um novo entendimento concreto para compreender a organização. Além disso, ela observa os novos ritos morais que estabelecem a facção, criando leis próprias e permitindo uma maior consolidação e expansão.

Essa consolidação e expansão são tratadas na obra de Manso e Dias (2018), eles analisam os novos caminhos que o comando percorreu a nível nacional e internacional, transformando o partido em uma organização transnacional, estabelecendo-se em vários países da América do Sul, além de quase todas as unidades federativas do Brasil. Esse complexo desenvolvimento que os autores mostram em seu livro, acarretou nas guerras de facções entre 2016 e 2018 nas regiões norte e nordeste, além da internacionalização do PCC.

Em adição a temática de Manso e Dias (2018), o livro de Feltran (2018) também aborda essa última década da facção e seu poderio expansionista para todo território nacional e internacional. Desta forma, os livros são os mais atualizados sobre a trajetória e planos que o PCC materializou nesta última década e os percursos que estão por vir.

Sobre as guerras entre as facções no período de 2016 a 2018, o trabalho recente de Ferreira e Framento (2019) corresponde uma nova visão<sup>3</sup> sobre as disputas de poder entre a organização paulista contra facções do norte e nordeste, traçando uma nova geopolítica dos comandos no Brasil pela nova “rota do Solimões” e o domínio do tráfico de drogas. A questão sobre a rota do tráfico é estudada pelo jornalista Abreu (2017), que em sua obra trata sobre a rota do tráfico chamada “rota caipira”. Assim, o compilado de textos sobre as rotas do comércio ilícito de drogas (ABREU, 2017; FELTRAN, 2018; FERREIRA; FRAMENTO, 2019; MANSO; DIAS, 2018) investiga que as disputas entre as organizações, tendo o PCC como protagonista, envolvendo meios de recursos, logística e infraestrutura levando a um novo patamar econômico e desafio para a segurança pública.

Já a antropóloga Biondi (2011, 2014, 2018), realizou diversos trabalhos promissores, ricos em detalhes. Devido a sua pesquisa em campo, trabalhou nas relações internas entre os membros da facção e sua zona de influência. Pela facilidade de entrevistar os detentos, Biondi conseguiu traçar novos dilemas que imperavam sobre a organização, principalmente sobre a questão de conduta, respeito e os preceitos morais que moldam a disciplina dos membros. Destarte, a proibição do uso de crack nas periferias e cadeias, o respeito moral com a família que visita os presos e a divisão do trabalho dentro da lógica do comando é um dos pilares da política da organização.

Dentre os trabalhos de Jozino, (2017) Dias (2011) e Biondi (2018), há pequenas divergências sobre a história da organização e seu desenvolvimento durante os anos. Esses desencontros são considerados problemas naturais na construção da história do PCC. Isto quer dizer que, cada autor faz sua própria construção histórica sobre o objeto, isto se dá através das narrativas que eles encontram em suas pesquisas de campo, como o caso da experiência de Jozino atuando em seu trabalho, ou da etnografia de Biondi nas inúmeras entrevistas e estudos nas prisões que ela visitava. Mediante ao conteúdo de cada pesquisa, há convergências e divergências que moldam a história e atuação da facção, não havendo uma historiografia própria e/ou oficial do PCC, feito pelos próprios nativos, mas sim, um

---

<sup>3</sup> Os autores trabalham com um conceito peculiar, diferentemente dos pesquisadores do NEV/USP que não utilizam essa denominação sobre o PCC e outras organizações. Eles correspondem aos comandos como Atores não estatais violentos (ANEVs), a partir de uma revisão conceitual de uma bibliografia internacional sobre outros poderes não estatais de outros países.

compilado de narrativas e experiências de pesquisadores que a partir da metodologia científica interdisciplinar, produziram uma nova compreensão da formação que hoje definimos como Primeiro Comando da Capital.

Apesar da importância da história e fases do partido, o processo de hegemonia e sua legitimação em territórios de seu domínio, é de extrema relevância. Como Ruotti (2016, p. 37) mostra em sua tese, uma das definições de legitimidade para este caso pode ser entendida como “Os processos de legitimação atuam, assim, sobre os mecanismos de subjetivação e formação da conduta dos sujeitos, ao produzirem significações para a realidade existente, ou seja, definições específicas para essa realidade”. Agregado com a relação da descrença da população com o Estado<sup>4</sup> brasileiro e o monopólio de força que o PCC representou, originou-se a forte presença nas territorialidades em que ele tem poder, engendrando uma contraditória relação de legitimidade da população com o grupo. Essa legitimidade não é algo simples, visto que o poder que o comando possui gera um sentimento de temor, mas também de ocupação das brechas do estado, seja na vigilância, assistência ou julgamento de delitos (ROUTTI, 2016, p. 52).

A fundamentação teórica desta pesquisa que permeou a maioria da bibliografia é feita a partir das obras de Michel Foucault e Norbert Elias. O primeiro, inaugurou novos paradigmas para a filosofia e ciências humanas como um todo, e é abordado aqui pela metodologia da análise de discurso encontrada na fase arqueológica de Foucault (1991) que contribui para analisar os saberes e poderes que estão intrínsecos nos discursos visando interesses dos sujeitos (FOUCAULT, 2009). Ademais, seu grande livro, Vigiar e punir (2014), é a principal referência sobre os estudos da prisão e o processo de disciplinarização dos corpos por meio das instituições da soberania, algo que é almejado a relacionar com a presente pesquisa. Junto com os discursos e a disciplina dos corpos, são utilizados os estudos sobre o poder que Foucault se dedica (2008, 2009) e que foi o precursor para captar as estratégias e disputas de poder do PCC com outros poderes. Assim, Foucault tem uma grande importância neste trabalho como referencial teórico.

Outro sociólogo importante que nos auxilia captar sobre os fenômenos da facção é Elias. A sociologia deste autor é utilizada para relacionar com os processos de monopolização de poder que o PCC representou e as redes de sociabilidade que os indivíduos traçam em suas próprias relações sociais. Dito isso, as grandes marcas de Elias (1994, 2010) são utilizadas para construir uma sociologia política da organização, assim como uma sociologia que

---

<sup>4</sup> Estado aqui definido como neoliberal através da fundamentação de Foucault (2008)

analisa a interação do indivíduo com o grupo e do grupo com o indivíduo, o que gera os preceitos culturais e morais da sociabilidade própria do fenômeno PCC.

Para concluir, por ser um tema com intenso destaque na opinião pública e dos mais diferentes setores da sociedade, foi necessário estudar o PCC criticamente, sem dogmatizar suas ações ou demonizar, como os discursos conservadores da grande mídia fazem com o grupo. Com a crescente valorização da organização, cada vez mais pesquisas estão sendo produzidas, aumentando a bibliografia sobre os temas, o que auxilia na obtenção no crescimento de novos conhecimentos sobre as problemáticas que estão no campo da segurança pública.

### **b-) Do medo aos discursos: Impacto dos poderes sobre a Segurança Pública**

O debate de segurança pública tem ganhado cada vez mais visibilidade pela sociedade, o que constrói discursos que modelaram as perspectivas da população, tornando-se um setor importante na vida social brasileira. Nas últimas décadas, é notável o medo sobre a violência urbana na sociedade. Esse pânico social não é uma simples relação de causa e efeito sobre os acontecimentos cotidianos, mas sim, uma complexa estrutura que está inserida em problemas históricos de racismo, desigualdade social, econômica, urbanística, crise do mundo do trabalho e políticas neoliberais, que geram a “criminalidade” conhecida atualmente.

Esse tema é um assunto delicado, que foi e ainda é figurado no imaginário da sociedade uma visão estereotipada incentivada pela grande mídia sob o recorte policial. Desta forma, pesquisar segurança pública é essencial para agregar uma compreensão científica para melhorar o campo em destaque e desnaturalizar os fenômenos sociais sobre segurança. Por meio disso, é necessário estudar essa relação entre o Estado e os grupos organizados de presos como o PCC, pois esse convívio nada harmônico é conhecido por conflitos, atritos e mortes, aumentando o medo social e insegurança.

Construir um novo olhar sobre a relação entre as organizações dos presos e as instituições estatais, é de suma relevância para desconstruir os discursos baseados no senso comum e ódio aos corpos, isto faz com que seja entendido como um fenômeno social de uma sociedade com problemas profundos que devem ser solucionados.

A propagação do medo ocorre através dos discursos produzidos por diferentes setores da sociedade, em especial os discursos da grande mídia, das polícias (seja pela instituição ou representado como poder legislativo) e das alas conservadoras da realidade brasileira. Para sair desse entrave e aprofundar as questões epistemológicas, deve-se observar o que são esses

discursos e o que eles representam na construção do imaginário sobre violência, polícia, facções, entre outros assuntos.

Apoiado nos pressupostos de Michel Foucault (2008), os discursos são um conjunto de enunciados em uma proposição objetiva, não sendo necessariamente uma verdade, mas possuem uma função normativa e uma ação que regula os mecanismos de poder. Isso significa que o poder do discurso impõe uma narrativa para algum sujeito, fazendo deste, remodelar e seguir a partir dos discursos feitos. Esses discursos são acompanhados por regimes de verdade que são discursos científicos produzidos nas instituições chanceladas como verdadeiras, interligadas a algum dispositivo de poder e transmitidos pelos grandes aparelhos de informação (REVEL, 2005).

Assim, os enunciados de saberes que obtêm um poder em uma prática discursiva sobre a temática da violência urbana, definem os sujeitos no que se entende como propriedades do saber, trazendo práticas de poderes locais. Desta forma, os discursos da mídia, da polícia e de algumas alas das bancadas de políticos, remetem a uma reformulação a partir do imaginário do senso comum sobre violência, crime e delinquência, o que causa o pânico social, a partir do medo dos indivíduos nos problemas cotidianos da sociedade (FOUCAULT, 2014).

Essas práticas discursivas, além de amedrontar a população, geram uma dominação em micropoderes, fortalecendo o status quo em diversos aparelhos do estado, como por exemplo, a fortificação e confiança do papel da polícia, que ajuda o "cidadão de bem" contra as crueldades do "bandido do mal", ou programas de TV que utilizam do sensacionalismo e a espetacularização de um problema de segurança, tornando isso um nicho econômico que lucra com problemas sociais através do jornalismo midiático.

Esses regimes de verdade sobre os discursos trazem uma conotação sobre um saber específico que beneficia um micropoder, este por sua vez, está atrelado a um ramo da sociedade. Os discursos obtêm através da tradição religiosa, uma forma de moralização sobre as categorias de dualidade entre bem e mal, fazendo do indivíduo comum um "cidadão de bem" contra um "bandido do mal". Os discursos morais naturalizam estereótipos e preconceitos, dificultando as análises de compreensão sobre a abordagem de estudo (COSTA, 2009).

Os regimes de verdade criaram uma identidade própria para um conjunto de elementos marginalizados na sociedade (TERRA, 2010). Essa identidade, corresponde a um sujeito que foi incorporado historicamente pelos discursos da mídia, da polícia, das elites e de outros saberes enquadrados no estereótipo de "bandido" ou "criminoso", sendo ressignificada ao longo do tempo (TERRA, 2010). Deste jeito, quando se pronuncia que o indivíduo é um

“bandido” ou “criminoso”, é correspondido a um longo processo de sujeição de um discurso a partir dos regimes de verdade que determinam um poder aplicado a este sujeito, incorporando ele a ser um bandido e/ou criminoso (FOUCAULT, 2008).

As categorias trabalhadas na temática de violência urbana como mostra a etnografia de Feltran (2007) que, exemplificam como essa relação dos discursos estão incorporados na sociedade. A terminologia “mundo do crime”, analisada pelo autor, é compreendida como uma rede de relações sociais e de discursos realizados em territórios específicos [periferias]. Nesses locais ocorrem conexões das práticas do “mundo do crime”, como o comércio de produtos ilícitos, práticas de roubos, sequestros, assaltos e furtos, formando uma sociabilidade própria para esses determinados fins, com reconhecimentos simbólicos e um *status* dentro de uma particularidade própria deste “mundo do crime” (FELTRAN, 2007, p. 2).

A violência exercida pela ação do Estado através da polícia para combater os sujeitos que estão inseridos no “mundo do crime”, é considerada uma prática de repressão contra qualquer forma de atitude das dinâmicas desta sociabilidade, naturalizando um viés de agressão do estado contra esses indivíduos em relação ao restante da população, transformando-os em um sujeito a ser combatido e reprimido (FELTRAN, 2007, p. 22-25). Portanto, os discursos são incorporados pelos próprios sujeitos, gerando um fenômeno de subjetivação dessas práticas de saber-poder vivenciado pelos indivíduos que, por sua vez, estão inseridos no “mundo do crime” (FOUCAULT, 2008; REVEL, 2005).

As análises de Misse (1995, 2008, 2010, 2011) auxiliam na compreensão dos tipos de condutas ilegais atreladas aos discursos, produzindo práticas incorporadas no conjunto de leis do código brasileiro. Quando o assunto “violência” é comentado no mundo urbano, é gerado um leque de atos que estão incorporados na segurança pública. Assim, as violações não são homogêneas, cada tipo de infração têm aspectos particulares que são visados na sociedade de maneiras diferentes (MISSE, 1995).

Isto quer dizer que um delito pode ser enquadrado pelos discursos de formas opostas, delimitando um discurso que beneficia as classes altas da sociedade e condena as classes populares, criando uma forma de sujeição com um discurso em um sujeito, estereotipando a partir de interesses e poder, criando uma nova forma social das condutas ilegais, configurando o “crime” presente na violência urbana e suas relações de poder. Nessa perspectiva, os discursos sobre o crime, segundo Misse (2008, p. 12): “[...] foram produzidos por mecanismos institucionais de perseguição socialmente contaminados por uma associação pobreza-crime estereotipada, perversa, desigual e hipócrita [...]”. Assim sendo, é criado no

sujeito pobre o rótulo de bandido, sendo diferente do sujeito de classes altas que comete atos semelhantes.

Perante esses discursos encontrados na sociedade brasileira, é produzido um novo sujeito peculiar que não se encontra em todos os tipos de crime, porém é o mais reproduzido pela sociedade. O sujeito “bandido” (MISSE, 2010) é uma construção histórica de uma categoria formada pelos discursos de saberes da mídia, da polícia e de setores conservadores que atribuem para a formação do estereótipo de um sujeito que é incorporado às questões de criminalidade. Assim, o sujeito será sempre um bandido e não um indivíduo que cometeu um crime (MISSE, 2010).

Esse sujeito “bandido” que historicamente viveu à margem da sociedade e se organizou a partir das prisões, fez com que surgisse uma nova etapa no que se define a segurança pública brasileira. Nos últimos anos, as chamadas organizações criminosas monopolizaram o debate e o foco das políticas de segurança, pois elas detêm poder em seus territórios, o que garante uma forte influência nas camadas populares do país e provoca um entrave para as autoridades políticas.

Destarte, os discursos forjam algumas práticas e essas práticas também forjam discursos, gerando algo cíclico que (re)reproduz uma ignorância sobre os fatos, fenômenos e a complexibilidade das relações sociais (FOUCAULT, 1991). A violência nos discursos de diversos indivíduos e/ou grupos sociais quando se fala sobre os termos de bandido, prisão, justiça, direitos humanos, entre outros, nada mais é do que a reprodução desses discursos com práticas agressivas contra qualquer opositor a este pensamento.

Por meio disso, a manutenção desses poderes que propagam o discurso, cria uma forma de disciplina que regula não só os corpos dos indivíduos, impedindo a locomoção em lugares por terem “medo”, mas a regulação de todo corpo social, estabelecendo condições próprias e estereotipadas daqueles que podem e não podem fazer suas ações como bem quiser, sendo vigiados e punidos pelos agentes de segurança e pessoas comuns (FOUCAULT, 2014).

Essa estereotipação dos discursos como bem trabalhada por Feltran (2007), têm lugar, classe social e cor específica. Em sua maioria, são homens negros, pobres e residentes das periferias das grandes cidades que são enquadrados como “bandidos”. A disciplina imposta a esses sujeitos, os impedem de usufruir das coisas micros de suas redes de sociabilidade, como impedimento em determinados locais<sup>5</sup>, até com coisas macros, como a ausência de direitos e acessibilidade em seus lugares de moradia e estudo.

---

<sup>5</sup> Locais frequentados pela classe média e elite como shoppings, restaurantes e clubes.

Os discursos e o medo produziram um novo negócio rentável, em que muitos obtêm lucro e poder por se apropriar privadamente pelo projeto de segurança pública no país, usufruindo da desigualdade social e espacial para benefício próprio. Projetos de desenvolvimento baseados nas fragilidades da segurança pública, trouxe empresas especializadas na “segurança” e “conforto” para moradores dos mais variados bairros e classes que se sentem ameaçados. Assim, a criação de condomínios fechados, segurança privada e até armamentos, movimentam uma economia voltada para o medo, além de estigmatizar através dos discursos midiáticos o inimigo que seria o “bandido”.

Essa questão é trabalhada na obra de Caldeira (2000). A autora pesquisa as fases de urbanização da cidade de São Paulo. Segundo suas análises, São Paulo teve algumas formas de expressão no espaço urbano ao longo do tempo. A primeira iniciada no fim do século XIX até a década de 40, na qual a população estava concentrada nas regiões centrais da cidade, dividindo-se por classes sociais. Essa fase é lembrada pela primeira industrialização e a imigração em São Paulo (CALDEIRA, 2000, p. 220). A segunda, que vai até a década de 80 se entende por uma ampliação do espaço urbano, dividindo entre centro e periferia, aumentando consideravelmente a população, o que a tornou uma grande metrópole (CALDEIRA, 2000, p. 228).

Dos anos 90 até os dias atuais, a nova reconfiguração se deu por instrumentos urbanos-sociais conceituados como “enclaves fortificados<sup>6</sup>”, isto é, regiões elitizadas cercada por condomínios fechados, muros altos, sistema de vigilância com segurança privada e apoio da força pública como as rondas ostensivas das polícias e guarda civil. Ao redor desse local há mercados essenciais voltados exclusivamente para esse público alvo, eles obtêm mais serviços e condições dos setores públicos e privados e distanciam-se dos moradores de bairros periféricos (CALDEIRA, 2000, p. 255). A pesquisadora define o novo padrão do espaço que designou a questão urbana e social:

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento.

Em torno dos enclaves, localizam-se as regiões periféricas que servem de mão de obra para a população mais rica, o que promove uma economia do comércio e serviço. Assim, essa nova reconfiguração do espaço social, têm em sua complexibilidade estar no interior de

---

<sup>6</sup> Os enclaves são conceitos geográficos definidos como um território está sobreposto a outro território maior.

territórios de classes sociais opostas, ou seja, as classes populares servem a elite. Esse convívio só é determinado pela relação de trabalho, pois há uma exclusão dos sujeitos das classes trabalhadoras nesses territórios elitizados, por isso que ao mesmo tempo que a elite necessita das classes subalternas, ela expulsa às demais classes pelos mecanismos de segurança privada baseado nos discursos contra o crime.

Desta forma, o discurso do crime e o medo causado promovem um novo setor econômico, transformando a segurança em uma mercadoria, sob o discurso de proteger aqueles que te pagam e reprimem os que te ameaçam, ou seja, conseqüentemente há repressão nos indivíduos que de alguma forma causam ameaças para as classes mais ricas. (FRANCO, 2014; MISSE, 2008). O conjunto de discursos e o pânico moldaram o processo urbano, estimularam políticas de segurança pública mais árduas, a fim de combater o inimigo e salvar a nação, por isso, formou-se uma sociedade do medo e controle (DELEUZE, 1992). Por meio disso, Caldeira (2000, p. 44) exemplifica esta segregação espacial ditada pela desigualdade social por parte dos discursos ao medo: “[...] o que está sendo forjado é uma cidade muito mais segregada e uma sociedade muito mais desigual, na qual as noções de justiça e os direitos de cidadania são diretamente contestados, apesar do sistema político democrático”.

Com a insegurança em destaque pela lógica do medo, necessita-se o aumento da frota policial e a intensificação da força bruta que remete as polícias brasileiras, em especial a militar. Dessa forma, o poder que a corporação da polícia militar assume, traz novos sujeitos e paradigmas diante desse universo, aumentando a sua presença na sociedade (SOUZA, 2015). Grande parte desses agentes do Estado conseguiram visibilidade pública e assim, migraram para órgãos legislativos obtendo cargos como vereadores, deputados e senadores, isso aumentou o número de agentes de carreira policial nas últimas eleições gerais de 2018<sup>7</sup>. Assim, forma-se uma bancada militar de policiais que defendem os seus próprios interesses sobre os anseios de segurança pública.

A dissertação de mestrado de Mariele Franco<sup>8</sup> sobre a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), auxilia a compreender claramente a realidade da estereotipação dos discursos, das práticas pela disciplina e a rentabilidade do território pautado no medo, desta forma, é estratégico a utilização do medo como forma de discurso, disciplina e lucro,

---

<sup>7</sup> Um exemplo é o congresso nacional, com uma bancada de mais de 70 deputados federais (BRASIL, 2020b).

<sup>8</sup> Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco foi uma socióloga e política brasileira assassinada junto com seu motorista Anderson Gomes no ano de 2018. Marielle era pesquisadora da área de segurança pública, foi eleita vereadora do RJ e fazia duras críticas sobre as milícias e a segurança dos moradores das favelas cariocas.

em que a ideologia dominante, segundo a autora, promove um intenso processo desigual que acarretou nas ocupações das UPP, de acordo com Franco (2014, p. 61): "Contudo, independente da forte estigmatização socioespacial, a favela também é marcada por características que a colocam em contradição com a ideologia dominante".

Segundo a própria, essa estigmatização socioespacial que a favela recebe da ideologia dominante é a dupla ação de discursos e disciplinas, direcionado a população de um território específico, elevando a presença da polícia na favela da Maré no Rio de Janeiro e o papel das UPP para conter o avanço do tráfico na cidade fluminense (FRANCO, 2014). Assim, a instituição estatal serve como uma ação biopolítica para docilizar os corpos naquele território, pois o controle do problema do tráfico, abriria uma margem para que novos investimentos chegassem ao local, o que irá gerar lucro para aqueles que não conseguiam investir na região (FRANCO, 2014).

Portanto, os discursos não são um simples fato remoto, mas uma complexa ação que permeia todo corpo social através das suas redes de sociabilidade, que medeia as relações entre os seres humanos, produzindo novos códigos, disciplinas e ideologias em várias esferas sociais, em especial, na segurança pública. Esses discursos estão entrelaçados pela disciplina dos corpos, produzindo micropoderes e lucros, intensificando os problemas presentes por toda área da segurança pública.

## CAPÍTULO 2

### CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO PRISIONAL DE SÃO PAULO

#### a-) Políticas de Segurança Pública dos governadores de SP

Através dos discursos e suas práticas, é de extrema importância salientar as políticas oficiais de segurança pública, que foram trabalhadas durante os governos e todas as causas, pressões políticas e sociais que foram desenvolvidas ao decorrer dos anos até os tempos atuais. Assim, a importância da genealogia, como um método de análise, é essencial para o entendimento dos fatos e rupturas que ocorreram nesse campo da segurança pública. Baseados no método Foucaultiano, Revel compreende a genealogia como (REVEL, 2005, p. 52):

A genealogia trabalha, portanto, a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos e dos acidentes: ela não pretende voltar ao tempo para restabelecer a continuidade da história, mas procura, ao contrário, restituir os acontecimentos na sua singularidade.

Dessa forma, tomaremos esse método genealógico do presente, para compreender as políticas de segurança pública do Estado de São Paulo, em suas razões que causaram o surgimento do PCC, seguindo importantes pesquisadores que investigaram esse tema. O recorte histórico será no período de eleições diretas do governo paulista até as últimas eleições (1983 - 2018).

Começaremos portanto no período que houve uma ruptura do processo sócio-político do Brasil, isto é, o fim da ditadura civil-militar e o começo da “redemocratização”. Para compreender a existência e as circunstâncias do objeto de pesquisa, é importante notar essa “transição” entre o período autoritário e a democracia liberal representativa indireta, por sufrágio universal sobre as políticas de segurança pública. O último ditador do regime militar, o general João Figueiredo (1979-1985), continuou com o processo de abertura política no país de seu antecessor, o general Antônio Geisel (1974-1979). Essa abertura ocorreu de uma maneira “lenta e gradual”, liberando o direito de greve, de se organizar politicamente através dos partidos, de anistias a presos políticos, das eleições para governadores e prefeituras em primeiro momento e, posteriormente, para presidente. Por meio disso, no ano de 1982, ocorreram as primeiras eleições a nível dos governos dos 22 estados brasileiros e do congresso nacional, com senadores e deputados eleitos através do voto.

No que tange às políticas do sistema penitenciário, após o período da ditadura civil-militar, manteve-se a estrutura policial na segurança pública, tendo como características a forte repressão, violência policial e a falta de direitos humanos em diversos governos paulistas (SALLA, 2007; SILVESTRE, 2018). Porém, algo singular ocorreu com o primeiro governo eleito pelo voto popular no estado de São Paulo, que foi diferente dos demais que o sucederam até os dias atuais.

O primeiro governador de São Paulo eleito por sufrágio universal na abertura política, foi Franco Montoro (1983-1987), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O contexto histórico da época de resistência e uma luta contra o regime autoritário forneceu novos lemas sobre justiça, direitos humanos e democracia no país, o que remeteu a políticos mais progressistas e abertos ao diálogo com a sociedade, o que contrariou o conservadorismo exaltado na gestão militar. Sobre o tema em destaque, esse governo tentou aplicar políticas voltadas aos direitos humanos, seu princípio foi a humanização do sistema carcerário (SALLA, 2007, p. 75).

O então secretário de Justiça do governo, José Carlos Dias, ficou responsável por elaborar novas diretrizes e parâmetros para cuidar do sistema carcerário. As políticas eram incentivadas pela administração da secretaria da justiça, que na época cuidava do universo prisional (SILVESTRE, 2018, p. 63). A política mais famosa e talvez a mais progressista foi a das comissões de solidariedade nas unidades prisionais de São Paulo. Essas comissões formavam uma estrutura de comunicação participativa democrática entre os detentos, a secretaria de Justiça e os juízes corregedores. Os objetivos dessas reuniões conjuntas eram obter um espaço para que os réus tivessem suas reivindicações, direitos e demandas ouvidas e se possível, atendidas (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013 p. 72, apud, Góes, 1991).

Porém, isto era visto como um afronte muito grande com os setores conservadores paulistas, recebendo críticas de todos os lados, inclusive até do seu próprio partido (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013). Outro fato importante que desgastou o governo e o secretário de justiça foi as notícias envolvidas sobre uma organização dos presos chamada “Serpentes Negras” (ALVAREZ *et al.*, 2014; ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; SILVESTRE, 2018). Esse suspeito grupo estava sendo acusado pela oposição, ao mandato de Monteiro, de se beneficiar ou até mesmo utilizar as brechas das comissões de solidariedade, como instrumento para aumentar o poder dessa pseudo organização e alcançar seus objetivos específicos (ALVAREZ *et al.*, 2014, p. 189). Porém nunca foi comprovado a existência dessa organização, os próprios secretários de justiça e de segurança pública Michel Temer,

afirmaram depois de investigações que nunca houve nada do tipo (ALVAREZ *et al.*, 2014, p. 188).

Como bem demonstrado por Silvestre (2018), o governo Montoro não teve sucesso com as políticas de segurança pública diante a população paulista, elas não foram aceitas por grande parte da população. A herança militar da ditadura ainda estava muito forte, e as medidas de “humanização” dos presídios alcançaram obstáculos que ocasionaram uma crise política em sua gestão. Dessa forma, o fim desse governo gerou mais ressalvas do que avanços, obtendo grandes retrocessos com o fim das comissões de solidariedade (SILVESTRE, 2018, p. 63).

A política de humanização das prisões sofreu forte oposição e as comissões de solidariedade foram principal alvo de ataques dos opositores da política. Desde a imprensa, passando pelo staff prisional (agentes carcerários e diretores de presídios), por autoridades do judiciário e de partidos políticos, inclusive por setores do próprio partido do governador Franco Montoro, as resistências foram grandes.

Com o aumento do poder da polícia militar e sua herança, os governos sucessores de Montoro abandonaram a política de direitos humanos e intensificaram a política de violência.

O próximo governador de São Paulo foi o vice de Franco Montoro, Orestes Quércia, importante político do PMDB na época, ele assumiu o poder e mudou sua postura comparado ao ex-governador. Para satisfazer os anseios da população paulista, como era de se esperar, Quércia endureceu as políticas de segurança pública e aumentou a força policial, transformando-a mais letal e violenta, com o intuito de combater a criminalidade no estado e manter a ordem social. Ele ampliou o poder das polícias civil e militar, aumentou o número de postos policiais e delegacias nas regiões metropolitana de São Paulo, na baixada santista e por todo interior. Além disso, modificou os componentes do governo, indicando o policial militar e promotor de justiça Luís Antônio Fleury Filho para ser secretário de segurança pública (SILVESTRE, 2018, p. 64). Ao contrário de Temer, Fleury radicalizou o trabalho policial, fazendo com que o fortalecimento da instituição fosse algo crucial e não tolerou nenhum tipo de trégua ao crime.

Na gestão de Oreste Quércia, a repressão e punição se normalizaram na sociedade paulista, não houve o cumprimento de direitos humanos básicos. As medidas duras tomadas pelo braço armado do estado, para tranquilizar a população e manter a ordem através dos discursos de ação contra o mundo do crime, causaram reações sobre a questão penal. O aumento significativo de rebeliões durante esse governo foi uma resposta clara as medida de contenção de Quércia e Fleury. Essa atitude provocou um controle mais ostensivo nas

penitenciárias, como na rebelião em 1987, quando a polícia interviu e acabou com o foco de insurreição, tendo como um saldo de 29 mortes (SALLA, 2007, p. 76-77).

O caso mais emblemático foi do 42º Distrito Policial no parque São Lucas em 1989, 18 homens morreram asfixiados em uma cela com 51 homens. A cela não comportaria mais de 10 pessoas, e as mortes foram causadas por uma retaliação policial, consequência de uma tentativa de fuga (SALLA, 2007 p. 77). A arbitrariedade e violência policial nesse caso chocou a opinião pública pela forma que foram tratados os homens em cárcere. Salla (2007, p. 77) conclui a forma de gestão de Oreste Quércia (SALLA, 2007, p. 77):

As principais medidas governamentais durante a gestão Quércia estiveram voltadas para a expansão da base física do sistema penitenciário, sendo criadas novas unidades, que tinham como preocupação clara evitar que novas rebeliões eclodiram e gerassem o desgaste político que esse mesmo setor provocou para o governador Franco Montoro.

Chegando ao fim do governo Quércia, embalado pelos discursos de repressão dura, medida pela ação policial heróica contra os bandidos e aqueles que temem contra a segurança de SP, ele apadrinha seu secretário de segurança pública para se candidatar às eleições. O então secretário venceu e se tornou o novo governador pelo mesmo partido dos últimos representantes paulistas.

Luiz Antônio Fleury (1991-1994) intensificou as políticas de Quércia e aprofundou o discurso com uma disciplina contra a bandidagem e o crime. Em 1993, o governo criou a primeira Secretária de Administração Penitenciária (SAP) do Brasil, um órgão que cuidaria exclusivamente de todo o mundo carcerário. Durante o período que Fleury esteve no poder, ocorreram picos de violência policial, batendo recordes na tentativa de reduzir a criminalidade no Estado. Segundo Silvestre (2018), 3472 pessoas foram mortas por policiais entre 1991 e 1994, sendo que seu auge foi em 1992 com a morte de 1470 pessoas em São Paulo. O alto número foi acompanhado de comemoração por parte da situação e reproduzido como algo benéfico pelos discursos da mídia, da polícia e da própria sociedade (SILVESTRE, 2018, p. 65-66). Todavia, essa violência foi exposta internacionalmente no massacre do Carandiru em 1992, ocasionando críticas a nível internacional direcionadas a Fleury, porém sem ter mudanças até o fim de seu governo.

Mário Covas Júnior (1995-2001) tornou-se o novo governador de São Paulo, foi o início do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no poder. Ele foi eleito e reeleito em 1998, porém não concluiu seu mandato devido a um afastamento em decorrência de câncer que veio a óbito em 2001. Mário Covas tinha uma importante missão de tentar reverter o cenário de segurança pública, em função das duas últimas gestões violentas. Ele se afastou

do comando violento de Quércia e Fleury, tentou retomar as políticas de Montoro sobre direitos humanos e um tratamento mais pacífico.

Uma das metas desse novo governo tucano era a redução da letalidade policial e a criação de projetos regulares a ação policial, como o Programa Estadual de Acompanhamento dos Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (PROAR) e a Ouvidoria da Polícia Militar, como ferramentas de denúncia contra qualquer abuso da autoridade policial. (SALLA, 2007, p. 79). Em relação as penitenciárias, houve uma mudança para tratar casos de rebeliões como antes eram cuidados, a nova configuração de uma tática de negociação e não mais de invasão e repressão tornou-se uma nova medida que perdura atualmente, isso ocorreu principalmente por efeito do Carandiru em 1992.

O aumento de presos entre o final da década de 80 e no início dos anos 90, em conjunto com a desativação do complexo do Carandiru, ocasionaram uma superlotação das cadeias, o que levou à má alimentação e higiene dos presos. Para tratar esse assunto, iniciou-se uma ampliação das penitenciárias por todo Estado, como medidas de descentralizar os indivíduos de cadeias superlotadas, vide o Carandiru, para o melhor cumprimento da pena e facilitar o trabalho dos agentes carcerários. (SALLA, 2007; SILVESTRE, 2018). Assim, o governo Montoro ficou conhecido pelo rápido aumento das cadeias nas cidades interioranas.

Como dito, Mário Covas faleceu em 2001 e quem assumiu o poder foi seu vice-governador. Geraldo Alckmin (2001-2006) prosseguiu interinamente até as eleições de 2002 na qual disputou e venceu como candidato oficial do PSDB ao governo. Alckmin, diferentemente de seu antecessor, foi de encontro com as políticas da primeira metade dos anos 90, aumentando a violência policial e sua repressão. A volta do fortalecimento da PM e sua estratégia de confronto elevou o número de mortos pela ação do Estado, combatendo as organizações dos presos que eram dezenas dentro dos presídios (SILVESTRE, 2018, p. 89).

No ano de 2001, a mega rebelião organizada pelo PCC foi o primeiro revés deste novo governo, um verdadeiro motim coletivo que propôs seus direitos como forma de barganha (DIAS, 2011a; SALLA, 2007; SILVESTRE, 2018). Esse evento trouxe uma nova ruptura nas políticas de segurança pública, além da aparição pública do PCC, a organização mostrou êxito na forma de atuação em suas ações diretas. Como forma de controle e punição, a gestão Alckmin criou o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que tornou a medida mais dura que o Estado de São Paulo tomou contra os líderes do comando. O RDD é um novo regime que exclui alguns direitos básicos dos presos, dificultando o acesso a liberdade interna no presídio, como o banho de sol de 1 a 2 horas por dia, celas solitárias e restrição a visitas da família e advogados (SILVESTRE, 2018, p. 264-265).

A operação Castelinho em 2002 foi outro exemplo da letalidade da PM. Em uma emboscada, policiais civis enganaram veículos no meio da rodovia estadual e cercaram 12 homens suspeitos de serem da facção. Os 12 homens suspeitos foram assassinados sem confronto direto, gerando críticas dos grupos dos direitos humanos e da oposição pela forma de atuação dessa operação. Este fato espelha qual será o direcionamento e o modo da política de enfrentamento contra o crime.

Em março de 2006 o governador renunciou ao cargo para disputar as eleições presidenciais, assumindo então seu vice-governador, Cláudio Salvador Lembo, que esteve no poder até o final daquele ano. Foi em 2006 que houve a maior crise da segurança pública em São Paulo com a megarrebelião em mais de 70 unidades prisionais, ataques a prédios públicos, toques de recolher e assassinatos de policiais, a mando do Primeiro Comando da Capital. Esse assunto será tratado em breve.

Após o conturbado ano, José Serra Chirico (2006-2010) do PSDB conquistou o poder vencendo as eleições. A continuação das políticas de Alckmin de fortalecimento das polícias e enfrentamento ao crime, mais especificamente ao crime organizado pelos ataques de 2006, transformaram este como um perigo público e que deveria ser combatido. Um dado curioso é que justo neste período, após os ataques de 2006, houve uma diminuição nos índices de homicídio e violência (DIAS, 2011a; MANSO; DIAS, 2018) e o discurso realizado pelo governo era que o Estado, junto com a polícia, conseguiram derrotar aqueles que causavam o mal para a vida de todos os paulistas e os colocaram nas cadeias.

Diante da expansão do sistema prisional, rumo ao interior e políticas de endurecimento das penas como o próprio RDD, causou a apreensão massiva de indivíduos, o número de presos no Estado foi aumentando progressivamente, reflexo das políticas de segurança pública, algo que não estava restrito apenas ao Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil. No governo Serra, os números do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) sobre a população carcerária, foram: 2007 (141.609), 2008 (154.696), 2009 (163.915) e 2010 (170.916)<sup>9</sup>. Neste último ano, por exemplo, a capacidade total de abrigar os detentos em São Paulo era de 98.995, totalizando um déficit muito maior que o planejado (BRASIL, 2020a).

Sob o discurso de controle na segurança do maior estado do Brasil, José Serra terminou seu mandato e concorreu as eleições presidenciais pela segunda vez em 2010. Já para governador, Geraldo Alckmin (2010-2018) venceu novamente e se reelegeu em 2014, ficando neste segundo período 8 anos no poder.

---

<sup>9</sup> A população do estado no fim do governo Serra era de 41.384.039. A proporção a cada 100.000 habitantes era de 413,00.

A nova gestão de Alckmin não modificou muito as políticas de segurança pública do PSDB. O tratamento de confronto, violência e abusos policiais continuou, travou o discurso moralista do bem contra o mal para conseguir apoio e amedrontar a sociedade, encarcerando ainda mais. Porém, em 2012 ocorreu outra ruptura nesse processo com um fato singular.

Neste ano, ocorre a reestruturação da força policial, que Silvestre (2018) dá destaque e trata em sua obra. O primeiro personagem que merece visibilidade, é Antônio Ferreira Pinto, policial militar e procurador da justiça. Ele foi promovido como secretário da SAP após os ataques de 2006. Ele saiu dessa pasta em 2009 para assumir a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e permaneceu até 2012. Ferreira Pinto foi um dos responsáveis por manter o *status quo* e confrontar a criminalidade, utilizou a força das polícias e instrumentos de investigação<sup>10</sup> para deter os grupos criminosos nas prisões e em outros locais (SILVESTRE, 2018). Seu trabalho entrava de acordo com a PM e a tropa de elite Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA).

Em 2009 o coronel da PM Álvaro Batista Camilo foi nomeado comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, intensificando sua postura rígida na instituição e também nas ruas, através da violência e truculência policial (SILVESTRE, 2018, p. 278). Ainda em 2009, Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada foi nomeado para o cargo de comandante geral da ROTA, tornando-se coronel anos mais tarde (SILVESTRE, 2018). Coronel Camilo e Coronel Telhada foram escolhidos por Ferreira Pinto, membro da SAP e juntos, foram o elo das estratégias e medidas de segurança pública. Neste período, como trabalhou Silvestre (2018), os investimentos financeiros para as instituições estatais da PM e ROTA foram altos, crescendo a corporação e sua infraestrutura, logo, aumentando seu poder.

Em 2012, novos confrontos entre a PM e o PCC aumentaram a violência em São Paulo, gerando mais uma vez pânico e medo na população (MANSO; DIAS, 2018; SILVESTRE, 2018). Esses enfrentamentos levaram a saída do secretário da SAP e dos comandantes da PM e ROTA, que no ano seguinte se aposentaram na carreira militar, obtendo o título de oficial da reserva e migraram para a vida política, tornando-se vereadores e deputados estaduais.

Como aconteceu no governo Serra, durante o período Alckmin, o número de encarcerados expandiu a níveis alarmantes. Os dados do Depen mostram os números da população carcerária que: 2011 (180.059), 2012 (195.695), 2013 (207.447) e 2014

---

<sup>10</sup> Escutas telefônicas, bloqueadores de sinal de celulares

(220.030)<sup>11</sup>. A diferença do último ano do governo Serra para o último ano de Alckmin foi mais de 50.000 presos em apenas 4 anos. Voltando as estatísticas, em 2015 (233.067), 2016 (232.720), 2017 (227.701) e 2018 (231.809)<sup>12</sup>, terminando seu mandato. Nesse período, o saldo foi de 11.000 presos a mais no sistema, visto que os índices foram caindo nos últimos anos, e a razão foi menor que no governo Serra e primeiro mandato do Alckmin (BRASIL, 2020a). Por fim, os últimos anos de sua gestão foram marcados pela violência das polícias e cada vez mais os embates entre a instituição e o PCC.

Como visto, essa breve contextualização dos governos do Estado de São Paulo e suas políticas da área de segurança pública, houve sempre um movimento de rupturas e novos fatores que transformaram a conjuntura da época, surgindo novos sujeitos. O governo Montoro foi o mais responsável por uma política de humanização dos presídios, mesmo que seja uma contradição nos termos, foi uma medida democrática que propôs a transparência e ação dos detentos para buscar seus direitos. Muitos indivíduos que trabalhavam em gestão, foram lançados na vida política e ganharam fama na vida pública.

O governo Quéricia foi a primeira ruptura e uma nova estratégia na era democrática de lidar com a criminalidade, a ordem e a segurança. Junto com seu secretário de segurança pública e *a posteriori* seu afilhado político, Quéricia conduziu uma leva violenta que continuou no governo Fleury. O investimento de uma política de segurança pública voltada pela ação policial repressiva aumentou substancialmente o número de homicídios cometidos pela PM, vide os episódios do 42º DP e o massacre do Carandiru que ficaram marcados na história.

Mário Covas se elegeu em 1995 e iniciou o governo tucano que dura atualmente 25 anos. Com críticas da ausência dos direitos humanos feitos a Quéricia e Fleury, ele foi de encontro com políticas concedentes ao contexto da época, rompendo com as medidas de enfrentamento, concebendo a negociação e patrulhas brandas como melhor método para a ocasião.

“Embora recorrente por toda a década de 1990, a expansão do sistema foi acelerada a partir de 1998, no início do segundo governo de Mário Covas, que priorizou a criação de vagas no sistema penitenciário como uma de suas principais ações políticas.”(DIAS, 2010, p. 158).

A desativação do Carandiru e a superlotação das cadeias permitiu que ocorresse a política de interiorização, foi ampliada por todo estado a fim de dificultar possíveis grupos

---

<sup>11</sup> A população paulista em 2014 era de 44.140.082 e a proporção a cada 100.000 habitantes era de 498.5 (BRASIL, 2020a).

<sup>12</sup> A proporção a cada 100.000 habitantes em 2018 era de 503.03 (BRASIL, 2020a).

organizados na época. Ele iniciou uma série de políticas para descentralizar as grandes cadeias, que já tinham muitos problemas de infraestrutura e construiu inúmeras penitenciárias para os regimes fechado e semiaberto, com o teor de expandir a malha por todo o oeste paulista, contribuindo para as economias locais, além de criar consequências políticas e sociais (DIAS, 2010, p. 160).

Os novos presídios tinham uma arquitetura diferente dos que foram construídos no final do século XIX e XX, que já estavam desgastados. Os novos edifícios tinham características próprias, por serem menores, mais compactos, com tecnologias modernas e um novo arranjo geográfico com as cidades que eram sediadas (DIAS, 2010), evitando problemas com fugas e descontentamento pelas multidões dos encarcerados. Esse processo pode ser considerado como um novo “Panóptico” em que a arquitetura do local está atrelada com a vigilância e o poder nela mesma, fazendo do preso o princípio de sua própria sujeição (FOUCAULT, 2014).

Com a sua precoce morte em 2001, seu vice assume e mais uma vez rompe de vez com políticas moderadas do finado governador. Geraldo Alckmin passou por situações delicadas, que ocorreram durante as mega rebeliões, como o aumento da letalidade policial e a existência para a opinião pública do Primeiro Comando da Capital. A criação do RDD e outras medidas punitivas, promoveram um combate ainda maior contra esses grupos e um discurso de endurecimento contra o crime. Em 2006, o auge da mega rebelião e os ataques de maio elevaram o pânico social a todas as classes da sociedade paulista.

Ao término dessa crise, José Serra assumiu o poder e manteve o planejamento da política do PSDB, e percebeu uma diminuição nos índices de violência, como trabalhado por Dias (2011a). Geraldo Alckmin volta ao poder do Estado e concentra nesse novo período uma volta crescente da violência, ocasionando as disputas entre o PCC e a PM. Essa rivalidade gerou muitas mortes de policiais, de integrantes suspeitos de serem do comando e de inocentes nas mais variadas regiões de SP, principalmente da periferia. O Brasil é o terceiro maior país do mundo em população carcerária, chegando a mais de 773.000 presos em todas as unidades federativas e no distrito federal (LONDRES, 2020). Só no Estado de São Paulo são 231.287 presos (BRASIL, 2020a), isso significa que estão encarcerados mais do que qualquer população prisional de países da América do Sul, África e da Europa (LONDRES, 2020).

Há de se notar essa disputa entre políticas mais moderadas como do governo Montoro e Covas contra as políticas mais radicais que foram impostas pelos outros representantes, teve como triunfo a vitória dos mais radicais, beneficiando o *status quo* e setores que necessitam

do discurso sobre a violência, medo e o combate ao crime para permanecer em seus micropoderes, isto é, a grande mídia, a força policial, partidos políticos e os setores conservadores da sociedade. Um exemplo concreto disso são os coronéis que se elegeram como deputados e sobrevivem nesses discursos para a manutenção do seu poder e de seus interesses, vivendo sempre do medo da população e do combate pela violência contra um inimigo genérico e abstrato que é o “criminoso”.

Essa contextualização e rupturas promoveram uma nova cultura política dentro e fora das prisões, com o papel do Estado criando todo tipo de situação que promoveu a criação de organizações dos presos, novas formas de agir e punir e principalmente o aumento da população prisional em São Paulo e no Brasil. Portanto, o Estado produziu as causas em toda forma expressada pelos efeitos de suas políticas, algo que se demonstrou concretamente com a criação do Primeiro Comando da Capital.

#### **b-) O massacre do Carandiru em 1992**

De todos os episódios e eventos que envolvem o tema da segurança pública no Brasil, o mais famoso, noticiado internacionalmente, foi o massacre no complexo do Carandiru em 1992. Na ocasião, o Carandiru foi um dos fatores mais importantes para a revolta geral da sociedade civil, principalmente os presos. A Casa de detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, nome do bairro em que ela estava localizada na zona norte de São Paulo, foi um complexo prisional construído em 1920 e reformado ao longo dos anos, ganhou notoriedade a partir da década de 1950 com o acréscimo de outros tipos de penitenciárias, recebeu o *status* de maior presídio da América Latina (ONODERA, 2007).

Ao todo, o Carandiru tinha 7 pavilhões<sup>13</sup> separados institucionalmente pelos procedimentos jurídicos. Houve uma superlotação nos últimos anos de vida da instituição, como relata Onodera (2007, p. 12): “Com isso as cadeias continuavam a encher resultando em superlotação. O Carandiru, que deveria abrigar 3,2 mil presos, na data do episódio, acolhia quase 7,2 mil presos, sendo 2000 só no Pavilhão 9, distribuídos em 248 celas, ou seja, oito presos em média por cela”.

Segundo a historiografia sobre o tema (MACHADO; MACHADO, 2015; ONODERA, 2007; SALLA, 2007; VARELLA, 2005), o massacre do Carandiru foi a maior

---

<sup>13</sup> Que eram divididos pelos pavilhões: 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

chacina da história brasileira, com 111 mortos<sup>14</sup>, segundo os dados oficiais da época. No dia 02 de outubro de 1992 ocorreu uma rebelião no pavilhão 9 em meio a uma partida de futebol. A gênese da chacina foi causada por uma briga de dois homens por motivos banais (ONODERA, 2007; VARELLA, 2005), e desencadeou conflitos gerais por todo edifício do pavilhão 9, até ser instaurada uma rebelião e forçando a direção clamar a intervenção da polícia militar.

O motim saiu do controle e as forças dos carcereiros não foram suficientes para manter a ordem, desta forma, o diretor José Ismael Pedrosa acionou as autoridades, chegaram ao local mais de 300 policiais de diferentes unidades especiais, fortemente armados e liderados pelos comandantes das instituições policiais de São Paulo (ONODERA, 2007, p.3-4):

No total chegaram cerca de 325 policiais, vindos de diversas guarnições, incluindo o batalhão de choque, a GATE (Grupamento de Ações Táticas Especiais), comandado pelo capitão Wanderley Mascarenhas, da COE (Comando de Operações Especiais), comandado por Ariovaldo Salgado e o grupo especial ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar). No meio dos policiais estava o coronel Ubiratan Guimarães, na época Comandante do Policiamento Metropolitano, e o tenente coronel PM Luiz Nakaharada, na época no Comando do Policiamento de Choque de São Paulo.

Além da chacina no interior do complexo, houve uma disputa de narrativas para descobrir os fatos que marcaram essa história (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019). Setores conservadores junto com a polícia militar legitimam os ataques para se defender da rebelião e reação dos presos, justificando os 111 mortos daquele dia. Já a sociedade civil por parte de grupos de direitos humanos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e até os sobreviventes dos presos<sup>15</sup>, denunciaram os discursos da PM, acusando os policiais de terem como o único objetivo matar os presos e acabar com a rebelião e mentirem sobre os relatos da chacina (FERREIRA; MACHADO; MACHADO, 2012; MACHADO; MACHADO, 2015; SALLA, 2007).

Os impactos foram sentidos momentos após o fim do motim. Em 1992 foi um ano peculiar na história política brasileira. O até então presidente Fernando Collor sofreu um processo de impeachment e no dia 02 de outubro o vice Itamar Franco assumiu o poder do executivo. Atrelado a isso, no dia 03 de outubro estava marcado as eleições municipais com a vitória de Paulo Maluf. De imediato, as ações da chacina corresponderam com uma vitória

---

<sup>14</sup> Esse número é até hoje contestado pelos pesquisadores, autoridades e os próprios presos, afirmando que foram muito mais mortos.

<sup>15</sup> Uma comissão de presos afirmou que o número total de mortos foi de 220 e não 111 (ONODERA, 2007, p.4).

das forças conservadoras em São Paulo<sup>16</sup> com a vitória de Maluf e com Fleury no governo do Estado (MACHADO; MACHADO, 2015). Houve duras críticas de órgãos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que criticaram o Estado brasileiro pela postura de seu braço armado e a demora para punir os culpados (FERREIRA; MACHADO; MACHADO, 2012).

O único condenado do caso Carandiru foi o coronel Ubiratan Guimarães, ele foi responsável em liderar a repressão no dia 02 e após anos de investigações e problemas nas justiças comum e militar (FERREIRA; MACHADO; MACHADO, 2012) foi condenado por 102 homicídios e 5 tentativas de homicídios ele foi condenado a 632 anos de prisão<sup>17</sup>, podendo recorrer a sentença em liberdade (ONODERA, 2007).

O coronel adquiriu alguns recursos da justiça e não cumpriu sua pena, além disso, conseguiu ser eleito deputado após sua aposentadoria e até seu assassinato em 2006, o caso ainda estava em trâmite na justiça, ou seja, não foi punido. Outros processos foram abertos para julgar os policiais presentes, mas ao passar dos anos, nenhuma denúncia foi julgada e concluída, transformando o massacre do Carandiru em um caso sem justiça. O Carandiru foi desativado por completo em 2002, os milhares de presos que estavam lá foram transferidos para outras cadeias, fruto da política de expansão e interiorização que os governos tucanos fizeram.

Os impactos sociais e culturais foram de grande notoriedade, movimentos contra o abuso policial, sobre a situação das periferias e o sistema penal ganharam mais força após os ataques de 1992. O melhor exemplo para retratar o episódio do Carandiru é a música “Diário de um Detento” (Racionais MC’S), uma poesia com ritmo do Rap que narra a vida de um homem condenado a cumprir sua pena que conta suas experiências na casa de detenção de São Paulo no massacre de 1992. “Dessa forma, pode-se identificar na canção a postura dos compositores: de luta contra a injustiça, desigualdades sociais e raciais, além de sua posição questionadora quanto ao sistema penitenciário brasileiro” (PEREIRA; MORO; COSTA, 2017, p. 657).

Essa música trouxe uma nova narrativa através da cultura sobre a memória que se têm do presídio e suas contradições, ela aborda sobre o papel da justiça com os pobres e o racismo presente na vida da população negra, levando em conta os problemas sociais que produzem a desigualdade social no Brasil.

---

<sup>16</sup> Para saber mais sobre a relação da direita e o Carandiru ver a obra de Danilo Cymrot “Da chacina a faxina: O massacre do Carandiru e a vitória eleitoral da direita em 1992”.

<sup>17</sup> Foi a maior condenação da história brasileira, contabilizando 6 anos para cada homem assassinado.

[...] Dois ladrões considerados passaram a discutir  
Mas não imaginavam o que estaria por vir  
Traficantes, homicidas, estelionatários  
Uma maioria de moleque primário  
Era a brecha que o sistema queri  
Avise o IML, chegou o grande dia [...]  
(RACIONAIS MCs, 1998)

Concluindo, o Carandiru é um exemplo das contradições das políticas de segurança pública por parte dos elementos dos discursos e disciplinas que estão enraizados no problema da “criminalidade”, violência e desigualdade. Os discursos a favor das ações policiais ocasionaram o triunfo das alas conservadoras de SP e obtiveram uma vitória política com as eleições, elevando micropoderes nos setores conservadores, como o poder das polícias e a não punição dos responsáveis pela chacina de 1992.

## CAPÍTULO 3

### DA AÇÃO A REAÇÃO: SURGIMENTO DO PCC

Como se trata de um fenômeno que têm uma intensa rede de sociabilidade, o PCC não teve uma historiografia própria oficial, isto é, não há centralização de uma história escrita por uma diretriz própria e sim, narrativas de indivíduos que vivenciaram esse nascimento de formas diferentes, criando experiências distintas, gerando por muito tempo disputas internas de uma história oficial do nascimento do PCC, como mostra Biondi (2018). Desta forma, partiremos do princípio dos trabalhos dos pesquisadores que desenvolveram uma bibliografia sobre o tema e conseguiram colher as diversas narrativas a fim de produzir uma análise histórica sobre o PCC.

Por meio disso, irão aparecer versões diferentes contadas por posições distintas sobre o fenômeno PCC, devido às pessoas diferentes que os investigadores do tema realizaram. Assim, não será entendido que existe na bibliografia consultada uma história verdadeira e outra falsa, mas pontos de vistas diferentes sobre o mesmo fenômeno social.

Quando se pensa no surgimento do Primeiro Comando da Capital, não se pode trabalhar a partir da premissa do fato de senso comum - algo simples que foi criado da noite para o dia - mas sim, um longo processo de acontecimentos no âmbito da segurança pública paulista que envolve os detentos em cárcere e as ações do próprio governo do Estado de São Paulo da época. A importância de romper com os discursos da mídia, da polícia e das alas conservadoras da sociedade sobre a criação do PCC é o primeiro passo para ultrapassar a aparência do senso comum a fim de ver a essência dos fatos (FOUCAULT, 1991).

#### **a-) O surgimento através do futebol**

Como visto, os acontecimentos da segurança pública na década de 1980 e início da década seguinte foram as razões da criação da organização paulista. Segundo os autores Biondi (2018), Biondi e Marques (2010), Dias (2011a), Feltran (2018), Jozinho (2017) e Manso e Dias (2018), a criação do Primeiro Comando da Capital aconteceu oficialmente no dia 31 de agosto de 1993 na Casa de Custódia em Taubaté, conhecida pelo nome de "Piranhão", sob autoria de 8 detentos.

Os 8 criadores da maior organização dos presos do Brasil foram: Misael Aparecido da Silva (Miza); César Augusto Roriz Silva (Cesinha); José Márcio Felício (Geleião); Wander Eduardo Ferreira (Eduardo Cara Gorda); Antônio Carlos Roberto da Paixão (Paixão); Isaías Moreira do Nascimento (Isaías Esquisito); Ademar dos Santos (Dafê) e Antônio Carlos dos Santos (Bicho Feio) (JOZINO, 2017).

Outros co-fundadores<sup>18</sup> que obtiveram poder e prestígio foram Idemir Ambrózio, mais conhecido como Sombra e Marcos Willians Herbas Camacho, apelidado como Marcola ou Playboy<sup>19</sup>, ambos tiveram um papel fundamental na organização nesses primeiros anos, eles difundiram os ideais e batizaram novos membros em outras cadeias paulistas.

Durante os primeiros anos de vida do PCC, houve uma forte disputa interna para decidir sobre todas as esferas de atuação e de organização, causando confrontos, ataques e mortes. Assim, até o desenvolvimento dessa monografia, apenas 1 membro-fundador está vivo. José Márcio Felício (Geleião) está preso há quase 40 anos e atualmente está em unidade prisional federal. Além disso, Geleião está jurado de morte pela própria organização que ele criou. Os outros 7 fundadores do PCC foram assassinados, cometeram suicídio ou morreram por alguma doença em cárcere nos anos iniciais do comando.

O estopim que surgiu o PCC foi uma aliança de 8 detentos para resistir as punições dos agentes de segurança pública do “Piranhão”, após um conflito que resultou em morte durante uma partida de futebol entre o “comando caipira” contra o “comando da capital” (DIAS, 2011a, p. 166-167). O comando caipira era o time de futebol dos presos que vieram da região do interior de São Paulo, já o comando paulista era o time de futebol dos detentos que vieram da região metropolitana de São Paulo.

Nessa partida, com a vitória do comando da capital houve uma briga generalizada, segundo Jozino (2017, p. 24), Cesinha matou 2 detentos na partida, inaugurando os dois primeiros assassinatos do Piranhão. Já Dias (2011a, p. 167) relata uma versão diferente, no jogo de futebol entre os times caipira e da capital, houve uma confusão com provocações de ambos e de suas torcidas. Geleião matou seu rival de uma forma macabra, quebrou o pescoço de seu adversário e tentou arrancar sua cabeça, após isso, outro jogador do comando da capital matou seu adversário e posteriormente os guardas da unidade separaram o tumulto.

---

<sup>18</sup> Segundo a obra de Jozino (2017), Sombra e Marcola não participaram do pacto que fundou a organização, uma vez que eles estavam em sua cela e desta forma não assistiu a partida de futebol. Mas como tinha amizades com os fundadores e uma boa articulação no “mundo do crime” eles foram considerados um co-fundador.

<sup>19</sup> No “mundo do crime” é comum utilizar codinomes ou “vulgos” como se fossem apelidos herdados de suas condições naturais (ser magro, gordo, alto, baixo e etc.), de suas habilidades profissionais (professor, doutor, médico), de seu lugar de origem (nomes de estados, cidades e bairros) ou apelidado por outra pessoa.

Após o interveio das forças de segurança da Casa de Custódia, devido a da violência explícita no jogo de futebol, os recém fundadores já prevendo uma forte punição por parte do diretor e dos agentes penitenciários, fizeram uma pacto mútuo de resistência contra a violência que era exercida pela direção do Piranhão. Segundo Dias (2011a), essa aliança iria além dos castigos que os presos tomariam, transformando aquele fato em uma rede de solidariedade entre os membros contra as mazelas que a população carcerária sofria (DIAS, 2011a, p. 167):

Os oito presos do time da capital, responsáveis pelos assassinatos, sabendo que seriam severamente punidos pela administração prisional, selaram um pacto: “Quem ofender um de nós ofenderá a todos – somos o time do PCC, os fundadores do Primeiro Comando da Capital.” Criaram assim um código de autoproteção: “Na nossa união ninguém mexe.”

Temendo a violência da penitenciária contra os presos, essa aliança não foi algo surpreendente, mas sim um efeito das políticas de segurança pública do Estado e principalmente da posição do diretor do Piranhão da época (SILVESTRE, 2018). O diretor José Ismael Pedrosa já era uma figura conhecida pelos presos e que estava presente nos noticiários paulistas, José Pedrosa como já falado, foi o diretor responsável pelo massacre do Carandiru em 1992. Essa tragédia foi o estopim para que o governador Luiz Antônio Fleury transferisse o então diretor do Carandiru para a Casa de Custódia de Taubaté em 1993.

A transferência para o Piranhão trouxe o aumento da violência, punições e arbitrariedades que Pedrosa permitia, causando um sentimento de ódio e revolta dos presos com a figura dele. Por isso, não é estranho associar o nascimento do Primeiro Comando da Capital à figura de Luiz Antônio Fleury e José Ismael Pedrosa. As ações nas políticas de Estado e internas nas penitenciárias trouxeram como reação, o próprio PCC.

Os relatos e falas dos membros e parentes próximos do comando trazidos pela obra de Jozino (2017), evidenciam o papel das autoridades no fenômeno PCC e como foi uma relação de causa e efeito do Estado por meio de suas políticas a sociedade prisional (JOZINO, 2017, p. 26):

Não demorou muito, o Sombra foi mandado de volta para o Piranhão. Como lembra Débora, seu marido teria afirmado para o diretor:  
- O PCC foi fundado por nove pessoas. Oito presos e o senhor!  
Para ele, o diretor geral da Penitenciária de Taubaté era o principal responsável pela linha dura no presídio. Além disso, Sombra bem o sabia, quando do Massacre do Carandiru, era Ismael Pedrosa o diretor geral da casa de detenção.

Nesse primeiro momento, os próprios componentes da irmandade já enxergavam o papel do Estado na própria realização da organização. Na citação de Jozino (2017), Sombra questiona o diretor e argumenta que, no total, foram 9 criadores do grupo, somando os 8

detentos mais José Pedrosa. Portanto, este último carregou o peso por ser o responsável do massacre do Carandiru em 1992 e o diretor da cadeia que originou a maior facção de presos do Brasil em 1993.

Após a volta do período de punições, os presos agora intitulados como integrantes do Primeiro Comando da Capital começam a configurar concretamente a sua organização. A aparição de símbolos que representaria de uma forma velada, mas inteligente a presença do comando foi desenvolvida, o melhor exemplo disso foi o codinome 15-3-3 para citar o nome do comando. Essa numeração teve inspiração no Alfabeto Congo utilizado pelo Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro nas décadas de 70 e 80.

A numeração 15-3-3 nada mais são do que as letras P, C, C numeradas pelo alfabeto brasileiro, isto quer dizer que a décima quinta letra do alfabeto<sup>20</sup> é P; e a terceira letra do alfabeto é C, transfigurando para 15 33 = PCC.

Mizael também criou o logotipo para evidenciar a formação do PCC. O símbolo da filosofia oriental do *Tao* foi escolhido para representar, com o *Yin Yang* simbolizando o equilíbrio das coisas que deveriam estar presentes no grupo. (JOZINO, 2017, p. 24-25). Até camisas foram criadas com os símbolos do 1533, *Yin Yang* e até do rosto do revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara (JOZINO, 2017, p. 25).

## **b-) O primeiro estatuto do partido**

A inovação desse grupo, foi a elaboração a caneta e papel com 17 artigos bem definidos de um estatuto político produzido por Mizael, Sombra e outros detentos (JOZINO, 2017, p. 24). O objetivo era que todos os membros seguissem as determinações de cada artigo do estatuto para terem coesão política dentro da organização, a fim de chegar nas finalidades do grupo, isto é, combater as mazelas do sistema penitenciário paulista para auxiliar os membros do PCC e suas famílias aos seus direitos básicos (BIONDI, 2017, p. 49; DIAS, 2011a, p. 168). Desta forma, já era conhecido entre as cadeias paulistas o estatuto do partido do crime, porém só em 1997 veio à tona para opinião pública este documento, o que foi desmentido pelas autoridades do governo paulista.

A partir desses pontos, serão analisados os artigos do primeiro estatuto do Primeiro Comando da Capital, levando em consideração o contexto da época e visando o olhar sociológico no documento (JOZINO, 2017, p. 27):

---

<sup>20</sup> Neste caso o alfabeto na década de 1990 não tinha as letras oficiais: K, W e Y. O alfabeto Congo hoje teria outra numeração.

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.

Nesses primeiros artigos estão expostos os ideais e bandeiras políticas que todos os componentes devem seguir. O discurso produzido pelo comando, que deve ser colocado em prática é contra a desigualdade social, as injustiças e a opressão que a população carcerária vivia na época e a solidariedade entre os filiados da organização, seja aqueles que estão cumprindo pena ou aqueles que estão livres nas ruas. Essa ajuda mútua ocorria através de uma contribuição financeira ou algum trabalho em prol da irmandade, dito isso, havia as tarefas de cunho econômica e de ordem política. Desde o início, existia uma centralização hierárquica da estrutura política do PCC para evitar possíveis rachas dentro do partido e assim, manter a unidade política para que houvesse coesão interna (JOZINO, 2017, p. 27-28).

6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado" mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
- 10, Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.

Outros dois pontos cruciais e extremamente fortes na execução interna do grupo são as disciplinas e as punições. A ideia inicial do artigo 6 é que o Primeiro Comando da Capital esteja acima de qualquer forma de interesses individuais que não busque o coletivo. Caso ocorra qualquer tentativa de captar algo do partido ou se ausentar de suas funções para benefício próprio, a mentira, traição ou qualquer forma de quebrar a aliança do membro com o PCC, o mesmo sofrerá as mais severas punições. Essa relação de disciplina e punição não foi uma invenção nova do PCC, mas uma complexa técnica social que Foucault (2014) trabalha em sua obra e que mais para frente será retomada.

A moralidade é outro ponto presente nas redes de sociabilidade do PCC. Como o fenômeno tem alguns valores, os membros seguem essa moral e devem incluí-los na sua

realidade, aumentando essas teias sociais direcionados pela supervisão do PCC. O artigo 8 é o resultado dessa relação de rede de sociabilidade conectado pela disciplina e punição. O bom exemplo que os membros devem ter, causam uma relação de legitimidade e aprovação [moral] de terceiros a partir das diretrizes do PCC, gerando mais poder e disciplina a serem seguidos pela influência da irmandade. Assim sendo, a proibição de ações consideradas “imorais”, dentro do próprio sistema e território que o PCC estava se inserindo na época, como os assaltos entre os próprios presos, os estupros que eram práticas recorrentes nas cadeias e as extorsões de presos com mais poder do que outros, deveriam ser encerradas.

Antes da existência do grupo, os casos de estupros entre os presos era considerado algo normal, pois não havia naquela época visitas íntimas e o ato de estuprar era uma forma de agressão e de mostrar seu poder diante da hierarquia da prisão. Os agressores eram denominados como “malandrões”, indivíduos que carregavam um poder simbólico e esbanjavam pela violência e dominação contra presos mais novos e de aparência feminina (DIAS, 2011a, p. 203). O artigo 8, em ocasião foi bem colocado no discurso e na prática contra os estupros, transformando-o em uma nova cultura política dentro dos territórios que o PCC dominou nos primeiros anos, como Dias mostra em sua obra: “Como parte do discurso que pregava a união e a solidariedade estava a proibição da violência sexual, corriqueira até aquele momento” (DIAS, 2011, p. 204).

O artigo 10 neste primeiro estatuto remete a obediência de cada função em sua estrutura disciplinar. Como veremos mais adiante, a estrutura inicial do PCC era de tipo piramidal, garantindo o “direito” dos componentes a falarem e julgarem algo a favor do partido, mas a decisão final e poder estaria concentrado nas mãos dos fundadores. Dessa maneira, na divisão interna da estrutura do PCC, nessa época inicial, havia os que mandavam: fundadores que foram apelidados de “generais” e os que obedeciam: todo componente que era apelidado de “soldado”. Destarte, uma divisão do trabalho entre generais e soldados, os que ordenam e os que cumprem. “Tratava-se de uma relação de poder com forte componente hierárquico, sem qualquer pretensão – ou necessidade - de mascarar tais elementos, como fica evidente pelos termos utilizados [...] posições hierárquicas (soldado, general etc.)” (DIAS, 2011a, p. 220).

11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".

12. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes. (JOZINO, 2017, p. 28)

O famoso lema “Paz, Justiça e Liberdade” (P JL), do Comando Vermelho, foi utilizado pelo PCC para representar seus ideais e lutas políticas. A unidade e a disciplina como já tratado neste estatuto inicial, são feitos para a manutenção da organização no intuito de combater as injustiças, evitar novos massacres como o de 1992 no Carandiru e lutar pelos direitos básicos dos presos que não eram atendidos. Por consequência, a disciplina e punição são os instrumentos sólidos para que a relação de poder entre os generais e os soldados seja estável, a fim de evitar rachas dentro organização, pois se os presos não estivessem unidos por uma causa comum, o sistema prisional manteria o *status quo*.

O artigo 14 era um objetivo simbólico e ao mesmo tempo prático. A desativação da Casa de Custódia de Taubaté era um sonho para os membros do PCC, pois foi onde tudo começou e surgiu a fama de ser uma das cadeias mais violentas de São Paulo. Denunciar os crimes de José Pedrosa e livrar os cárceres da tortura iam além do valor simbólico, transformando em uma meta a ser alcançada (JOZINO, 2017).

16. Partindo do Comando Central da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

17. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV

UNIDOS VENCEREMOS (JOZINO, 2017, p. 28)

Os dois últimos artigos remetem à centralização através de um Quartel General e suas esferas organizativas e a aliança com o Comando Vermelho. A consolidação do Primeiro Comando da Capital em São Paulo e do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, ocasionou

uma herança organizacional desses grupos e forjou uma nova construção do sujeito “bandido”, que atrelou a sua luta agora coletivamente ao invés de individualmente, fabricando novas organizações a partir da década de 2000 por todo o Brasil (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018). O próprio PCC, desde sua origem, tinha como plano uma união entre as organizações de presos contra os inimigos do Estado, esse primeiro estatuto visava uma coligação nacional entre o PCC e CV como aponta o 17º artigo.

Essa coligação entre os partidos dos presos de São Paulo e do Rio de Janeiro, almejava a fortificação dos seus próprios núcleos locais, isto é, se instalarem em suas próprias bases estaduais e depois um plano de conquista a nível nacional. Essa consolidação era a propagação dos ideais de ambos, principalmente por Paz, Justiça e Liberdade das massas carcerárias de todo Brasil e revolucioná-las ao ponto de enfrentar o Estado brasileiro. Além da desativação do Piranhão, também foi acoplada a desativação da penitenciária carioca Bangu I, onde está grande parte da direção do CV.

O discurso utilizado, portanto, clamava a união de todos os presos encarcerados e simpatizantes para lutarem contra toda forma de desigualdade, injustiça e opressão. Este estatuto, para a época, era algo inovador e revolucionário. Aos olhos das autoridades era uma clara forma organizativa coesa de presos que não queriam mais ficar a mercê julgamento do sistema penitenciário falido.

A organização ficou popularmente conhecida por ritos que estão dentro do jogo simbólico, mediante às suas redes de sociabilidade e de interdependência (ELIAS, 2010). O rito de passagem para adentrar a irmandade se chama “Batismo”. Este sempre esteve presente na história do PCC, modificando-se ao longo do tempo, mas com a mesma função: trazer para o grupo aqueles mais próximos e aptos a se tornarem membros do Primeiro Comando da Capital. Uma conceituação mais clara e objetiva sobre o batismo, é encontrada no livro de Jozino (2017, p. 222): “entrar para o PCC pela indicação de um integrante, jurando fidelidade ao partido”.

Esse processo não era algo simples, segundo Biondi, Jozino e Dias, o batizado deveria ter um padrinho que indicasse ele ao grupo e que julgasse a sua entrada. Esse indivíduo que está prestes a se tornar parte do grupo, não se dispõe a entrar sem ter alguma recomendação de um preso do PCC, deve esperar o convite e, então, começa a preparação para a entrada. Assim, haverá uma relação de padrinho e afilhado, o padrinho terá toda a responsabilidade pelo seu afilhado, e caso este último cometa algum erro, é o padrinho que sofrerá as punições até a conclusão desse “ritual de passagem” (DIAS, 2011a, p.252-253). Há, portanto, uma

relação de interdependência entre o recém-chegado e o integrante com o PCC (ELIAS, 2010). Essa rede de laços sociais deve seguir a lealdade, honestidade, confiança e as leis da facção.

Caso o afiliado possa cumprir esse primeiro passo, ele entra para a organização. A oficialização do batismo é uma cerimônia que conta com a presença do padrinho, afilhado e de um terceiro. O novo indivíduo deve jurar lealdade, cumprir o estatuto, ser responsável e ter uma credibilidade com o mundo do crime para se consolidar nesse universo e nas dinâmicas do PCC (BIONDI, 2018, p. 71).

As denominações próprias do universo PCC foram criadas para aumentar o elo entre os membros do grupo. Esses códigos produzem novas teias de interdependência dentro e fora das cadeias, produzindo uma ressignificação do indivíduo quando ocorre o processo de batismo (BIONDI, 2018). É dessa ressignificação que se cria um novo vocabulário próprio, já tendo influência da realidade do mundo do crime como Feltran (2007) relata minuciosamente em seu texto, formando uma espécie de glossário do crime.

A partir da entrada oficial no Primeiro Comando da Capital, o integrante se torna um “Irmão<sup>21</sup>”. Não importa se esse irmão foi batizado dentro ou fora das cadeias, se foi batizado em São Paulo ou em outra unidade federativa, ele sempre será um irmão. Como falado, nesse primeiro momento de criação do PCC, havia uma divisão hierárquica que foi nomeada pela sua divisão do trabalho, os generais eram os fundadores e líderes do partido, os soldados são todos os integrantes da base da facção que cumpriam as ordens de cima (JOZINO, 2017).

Havia também nomes para aqueles que estavam fora da participação direta do comando, contribuindo indiretamente ou que possuíam algum tipo de influência no partido. Aqueles que viviam nas cadeias do PCC, mas não eram irmãos, foram denominados para eles com o título de “Primos” e, diversas vezes os mesmos cumpriam as regras estabelecidas pelo grupo (BIONDI, 2018).

Além dos primos, havia as “Cunhadas” que eram as esposas dos irmãos presos do PCC que cumpriam ao longo da história da organização, funções que auxiliavam os interesses da irmandade. Existia do mesmo modo as “primeiras damas”, esposas dos líderes da facção, mesmo que não compunha oficialmente a cúpula, as primeiras damas tinham bastante poder e respeito dentro e fora das cadeias (JOZINO, 2017).

Também se apelidava os inimigos de facções rivais como “Coisa” e policiais militares, carcereiros ou outro agente de segurança pública de “Verme” (BIONDI, 2018; DIAS, 2011a), quem não estava nesse universo e se intromete era chamado de “Zé Povinho”.

---

<sup>21</sup>A partir desse momento, nos referenciamos os participantes da organização PCC como “Irmãos”.

A citação retirada de uma etnografia sobre o objeto em destaque auxilia no entendimento dessa classificação por termos (BIONDI, 2018, p. 28-29):

A solução para esse problema veio com o conhecimento de um sistema classificatório utilizado pelos presos, segundo o qual o irmão é o membro batizado do PCC; primo é o preso que vive em cadeias do PCC, mas que não é seu membro batizado. coisa é o inimigo, usado tanto para os presos de outras facções quanto para funcionários da segurança pública. Quem não é do Crime, não é irmão, primo ou coisa, recebe a denominação pejorativa de Zé Povinho.

A territorialidade do espaço dominado pela família também tinha codinomes próprios. Os bairros periféricos eram chamados de “quebradas”, entende-se que qualquer indivíduo (esteja ele dentro do mundo do crime ou não) reconhece seu bairro de origem como “sua quebrada”. Este local de pertencimento ultrapassa as barreiras do espaço geográfico trazendo com ele, costumes, hábitos, gírias e a nostalgia de sua criação, tendo orgulho de sua origem, introduzido como uma identidade própria do sujeito e com o local.

Há outros termos no glossário do comando que podem ser encontrados nas mais variadas bibliografias. Por meio disso, a semiótica dentro do universo PCC é ampla e complexa, garantindo uma significação própria que os sujeitos significantes atribuem a determinados significados, ressignificando diversos procedimentos, normas e comportamentos, criando dialetos dentro do mundo da periferia que são incorporados no mundo do crime e do próprio mundo do crime inserido nas periferias.

## CAPÍTULO 4

### PCC: DA FACÇÃO A HEGEMONIA

#### a-) Os primeiros passos: 1993 - 2001

Partindo do princípio das formulações feitas por Dias (2011a), Jozino (2017), Feltran (2018, 2012) e Manso e Dias (2018), o PCC passou por etapas históricas em seu processo de construção, expansão e domínio no estado de São Paulo e posteriormente no Brasil. É ponderoso ressaltar que esse processo trouxe algumas rupturas e novos paradigmas, reinventando a organização e atuação do comando, como provendo de novas ações por parte do estado para conter a ameaça da irmandade paulista, como visto anteriormente no tópico sobre as políticas de segurança pública do estado de São Paulo.

Com a organização em processo de composição interna, como dito previamente, temos a datar da criação do grupo um primeiro período específico que vai de 1993 a 2001 (DIAS, 2011a, p. 165), conhecido pelos primeiros passos de atuação dentro e fora das cadeias. Trabalhando a expansão como forma de batismo dos novos integrantes sob a difusão dos ideais que eles pregavam, o grupo se espalhou rapidamente nas prisões paulistas em 1994 e 1995 (DIAS, 2011a, p.165). Esses ideais de “Paz, Justiça e Liberdade”, foram discursos produzidos pelos membros do comando para agregar e incentivar a massa carcerária que vivia em condições precárias a lutar a favor da população prisional com o PCC instruindo essa luta (JOZINO, 2017, p. 35). Além das péssimas condições que os presos viviam, o passado recente das gestões Quércia e Fleury proporcionaram para o discurso do grupo, o combate contra o Estado e suas injustiças e o auxílio para aqueles que estão atrás das grades.

A partir de 1995, sob o governo Covas, cresceu o número de rebeliões em diversas penitenciárias que eram os irmãos da facção. A forma de atuação da rebelião foi conjunta com a fuga e os resgates de importantes irmãos que tinham um poder do comando para a época. As estratégias de rebeliões agora eram organizadas e planejadas, com objetivos de fazer um acordo com a direção dos presídios, SAP e SSP, que com as políticas de segurança pública do novo governo do PSDB entraram em negociações em vez de conflitos.

Outro fato notório foi o instrumento do aparelho celular nas cadeias paulistas. O celular ampliou a comunicação interna da organização como atestado por Costa (2016) e levou em poucas horas uma notícia específica para toda comunidade prisional. Todas as ações diretas do comando eram planejadas via celular, o que aumentava as chances de êxito sem margem

para erros (COSTA, 2016). A rede de comunicação da organização era complexa e profissional, ela foi ensinada por David Spencer, ex militante do grupo revolucionário “Movimento da Esquerda Revolucionária” (MIR) que combatia a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, ele instruiu uma rede de sistema de comunicação sofisticada, com computadores, celulares, estúdios, centrais de comunicação e de pessoas para trabalhar, criando uma complexa teia de comunicação para o PCC (JOZINO, 2017, p. 96). Segundo Dias (2011a), Jozino (2017) e Biondi (2018) o grupo possuía inúmeros telefones celulares nas penitenciárias e para obter esses aparelhos, o método utilizado era através de suborno dos agentes penitenciários ou pelo recebimento das “mulas”, isto é, homens ou mulheres que transportavam drogas ou celulares de fora para o interior dos presídios<sup>22</sup>.

Com esse poderio para comunicar, organizar, motinar e retirar os integrantes da cúpula, a organização apresentava uma rica gama de recursos financeiros e mão de obra qualificada para executar os planos. A contribuição individual que era cotada em cada situação que os irmãos se encontravam, como relata o autor (JOZINO, 2017, p. 42):

Cada soldado do comando em liberdade (e não necessariamente bem estruturado) era mensalmente obrigado a contribuir com R\$ 500 para organização [...] Quem estivesse no regime semiaberto deveria pagar R\$ 250 a organização. E, nas cadeias do PCC recebia, religiosamente, a mensalidade de R\$ 25 de cada um de seus batizados e até de muitos simpatizantes [...]

Mesmo com o crescimento em alta dos batismos, a receita dessas mensalidades não era o suficiente para sustentar o planejamento que o partido propunha. Para solucionar essa fórmula, a capitalização de recursos foi obtida através de assaltos a bancos, roubos de carga e sequestros de famosos para utilizar como moeda de troca<sup>23</sup> e durou até o início do novo século (DIAS, 2009b, p. 2; JOZINO, 2017, p. 45-46).

Durante a década de 1990, o PCC foi estipulado pelos demais como uma facção de enorme punição e violência como forma de se pôr em suas políticas. Essas penalidades violentas se compreende como suplícios demonstrados por Foucault (2014). As técnicas de suplício são maneiras de punir com muita violência e que seja visibilizado para o público, para que terceiros vejam essa técnica para expressar uma relação de poder entre o soberano e seus submissos (FOUCAULT, 2014).

O soberano nesse fenômeno é o próprio comando, não se restringindo ao poder dentro da organização que algum irmão poderia ter, isto quer dizer que os suplícios do PCC ocorriam com todos os seus membros, rivais ou terceiros. Os exemplos disso são a ação

---

<sup>22</sup> Grande parte das vezes, os objetos transportados pelas “mulas” vinham dentro do corpo dessas pessoas, pela vagina ou ânus (JOZINO, 2017, p. 31).

<sup>23</sup> O tráfico de drogas não era a principal forma de conseguir lucro na época.

simbólica de degolar “coisas” de grupos adversários, punir com a morte erros graves dos irmãos e para conquistar poder e hegemonia em cada presídio que os irmãos estiverem. A próxima citação solidifica os suplícios cometidos pelo Primeiro Comando da Capital (DIAS, 2011a, p. 169):

No entanto, outras marcas simbólicas são registradas, como olhos arrancados (dos traidores), cadeado na boca (delatores), coração arrancado (inimigos). Quando se tratava de ex-membros que ocupavam postos mais altos na hierarquia do PCC, se a situação permitisse, o condenado poderia escolher a forma de ser assassinado: como coisa ou verme (a golpes de faca), ou como homem honrado, ocasião em que o chamado kit força, composto de lençol e banco para que se encarrega se da própria execução.

Vale ressaltar que a partir da existência do PCC, o grupo não criou esses suplícios. Essas técnicas já existiam no mundo do crime, todavia, com a coerção e a imposição do fenômeno PCC no interior das cadeias brasileiras, foi se incorporando os suplícios como práticas de correção e punição para aqueles julgados pelo grupo (DIAS, 2009b).

Em dezembro de 2000, uma rebelião ocorreu na penitenciária de Taubaté e esse fato mostrou a importância da força e poder que a irmandade possuía até então. Com a rendição dos guardas pelos integrantes armados, eles [integrantes do partido] soltaram os outros irmãos e primos de suas celas, tomando controle da cadeia e “decretando” [anunciando a morte] de “coisas”, incluindo ex-fundadores do próprio PCC. Foram assassinados Bicho Feio e Dafé, que compunham outra facção rival, a CRBC. Também foram mortos estupradores e inimigos pessoais de integrantes do partido (JOZINO, 2017, p. 49-53). Com o fim dessa rebelião, nota-se cada vez mais a maestria dos planos da organização e uma reconfiguração dos micropoderes em cada unidade prisional, exterminando facções rivais e todos aqueles imorais dentro do mundo do crime (SALLA, 2006).

A crescente organização dos detentos e sua violência deram destaque para o governo e a imprensa da época, apesar disso, o Estado não reconhecia a existência de um grupo de presos organizados até 2001 (DIAS, 2011a, p. 171; SALLA, 2007 p. 82). Portanto, mesmo com indícios de uma organização dos detentos dentro do sistema prisional paulista, o PCC nesta primeira fase, estava inexistente sob o olhar das autoridades. Essa vantagem do partido contribuiu para o primeiro fato histórico, a megarebelião de 2001.

Em 2001, alguns meses após a rebelião do Piranhão, ocorreu a primeira aparição conjunta e completa do PCC, que chocou a opinião pública e assustou o Estado. A comprovação da existência para o mundo foi dada a partir da maior rebelião (até então) de presos na história do Brasil (SALLA, 2006). No dia 18 de fevereiro de 2001, 29 presídios em todo Estado de São Paulo se rebelaram ao mesmo tempo, causando pânico e surpresa tanto

para a sociedade quanto para as autoridades do governo. O motivo: “Como protesto contra a transferência de seus líderes para o Piranhão ou para presídios em outros Estados, o PCC colocou em prática seu plano secreto” (JOZINO, 2017, p. 60). Outro ponto de destaque, era a desativação do Piranhão e o afastamento de José Ismael Pedrosa<sup>24</sup>, reivindicado desde 1993.

O bom planejamento e a estrutura do PCC nas unidades prisionais foi um facilitador para cumprir o plano ordenado. Os telefones celulares foram instrumentos fundamentais para a comunicação entre os membros, uma data e horário específico foram definidos para fazer a ação do PCC, como rebeliões simultâneas e utilizando os funcionários das prisões e visitantes como reféns para negociar com as autoridades, criando desta forma, uma nova tentativa de poder dos presos para dialogar suas pautas ao Estado (BIONDI, 2018; DIAS, 2011a; JOZINO, 2017; SALLA, 2006). O dia escolhido foi um domingo, que sagradamente é o dia de visitas dos parentes aos seus entes queridos encarcerados. As palavras de Jozino, nos auxiliam a materializar esse domingo caótico: (JOZINO, 2017, p. 61)

Era um domingo, dia de visita, e, ao todo, nesses vários presídios, pelo menos 7 mil parentes de presos se recusaram ou não puderam ir embora. Somente na casa de detenção, os detentos fizeram 45 funcionários e fins e cerca de 4000 adultos e mil crianças ficaram como reféns voluntários. Na penitenciária do Estado, outros 45 funcionários foram usados como escudo pelos integrantes do PCC e os detentos contarão com a solidariedade de 2.000 reféns voluntários.

Por seguinte destes episódios, um dos efeitos práticos para o PCC foram o reconhecimento positivo do restante da sociedade prisional com o grupo, levando centenas de batismos em várias cadeias de SP (JOZINO, 2017, p. 66). O saldo de feridos<sup>25</sup> e mortos nas 29 unidades prisionais foi “O motim em série deixou um saldo de 14 presos mortos e 19 agentes penitenciários feridos” (JOZINO, 2017, p. 64).

As repercussões deste primeiro ataque foram uma reformulação na segurança pública, já comentado no eixo anterior pelas mudanças do recém governo Alckmin como o RDD, o endurecimento dentro das cadeias e o confronto direto com o PCC. O então secretário da SAP naquele momento foi questionado tanto pela sociedade sobre o poder do comando quanto pelo PCC, pois havia feito promessas e acordos pelo fim da violência e rebeliões nos presídios em troca da transferência dos líderes para outras prisões em SP (JOZINO, 2017, p.

---

<sup>24</sup> Três meses após a rebelião, a filha do então diretor do Piranhão foi sequestrada como moeda de troca pela saída de líderes do PCC de Taubaté. Todavia, a polícia conseguiu encontrar a mulher e os sequestradores foram presos (JOZINO, 2017, p. 67 -70).

<sup>25</sup> A filha de um detento de apenas 3 anos teve queimaduras de primeiro e segundo grau após a detonação de uma bomba de efeito moral causada pelo motim. O PCC conseguiu fazer campanha que juntou 3 mil reais para despesas médicas (JOZINO, 2017, p. 64).

63). O principal estrago que o PCC fez com a megarrebelião de 2001 não foi só simbólico, mas principalmente político, dado que a notícia era visível a âmbito internacional<sup>26</sup>.

### **b-) As reconfigurações de poder: 2001 - 2006**

Essa nova fase da irmandade é fortemente marcada por disputas do poder interno e externo. No quesito externo, o efeito pensado pelas políticas de governo teve impacto contrário na prática, ou seja, a reformulação e medidas tomadas pela segurança pública paulista em conter a ameaça do PCC foi inversa, expandindo seu poder para as novas unidades prisionais e consolidou uma hegemonia dentro e fora dos presídios, a mídia teve o papel de divulgação das atividades do PCC, tornando o grupo mais famoso (SALLA, 2007). Como visto, o período que se entende de 2001 a 2006 já estava configurado o RDD, logo, não obtendo aprovação da massa carcerária e sempre buscando meios de retirar os líderes e irmãos desse castigo institucional.

A facção conseguiu dizimar muitas organizações rivais em SP e isolar aquelas que mais enfrentaram, produzindo uma guerra de movimento para se estabilizar em posições, isto é, conseguir o poder e hegemonia nas cadeias (FELTRAN, 2012, p. 237). Por meio disso, facções rivais como a CBRC, SS e CDL<sup>27</sup> foram extintas após 2001, esse vácuo de poder foi sendo preenchido pelo grupo (DIAS, 2011a, p. 173). Ao longo, o comando ia tomando o controle e o poder através da violência e aumentando o número de filiados em seu partido.

Nesse cenário externo, pelos embates de poder do Primeiro Comando da Capital com seus rivais, entre 2002 e 2004, ocorreu um primeiro momento de “pacificação” nos presídios, com uma premissa de ruptura em 2005, gerando a famosa crise de 2006. Entende-se pacificação neste cenário como o fim das disputas violentas entre as facções ou até confrontos diretos com a PM. No período supracitado, as fugas, assaltos, sequestros e outros instrumentos, continuaram normalmente. Para uma melhor compreensão, adiante será discutido o papel do processo de pacificação dos territórios do PCC e suas disputas de poder.

As disputas internas do poder pela estrutura do PCC foram fortemente modificadas. Até meados de 2001, os generais eram fundadores e co-fundadores que tinham muito prestígio. Os principais generais dessa época eram, portanto, Sombra, Cesinha, Geleião, Mizaél e Playboy. Por todo imbróglgio do currículo do crime, os 4 últimos estavam em cadeias

---

<sup>26</sup> Os principais jornais da América Latina, Europa e Estados Unidos noticiaram o caso (JOZINO, 2017, p. 63).

<sup>27</sup> O Comando Brasileiro Revolucionário da Criminalidade (CBRC), a Seita Satânica (SS) e o Comando Democrático da Liberdade (CDL) foram organizações estabelecidas pela rivalidade com o PCC no interior paulista nos anos de 1990.

de outros estados, Sombra foi o único que estava recluso em São Paulo, na cadeia de Taubaté e foi por muito tempo o líder da facção em SP. Entretanto, no mês de julho de 2001, o líder Sombra foi assassinado por outros presos durante seu banho de sol. A notícia da morte de Sombra gerou uma revolta dentro da organização para saber os motivos da morte do general, dentre os motivos que mais se acreditavam estão: a morte ordenada por uma facção rival, uma briga pessoal do Sombra com seu algoz ou a eliminação de Sombra para algum líder ter mais controle e mais poder no grupo. Todavia, nenhum desses casos foi confirmado oficialmente (JOZINO, 2017, p. 91-94).

Outra importante morte foi de Mizael, assassinado em fevereiro de 2002 a mando de outro líder do PCC. Mizael tinha planos que iam além das ações diretas espontâneas: tentativas de contato direto com o executivo brasileiro, com setores da oposição, com organizações dos direitos humanos e com a Anistia Internacional para denunciar as arbitrariedades do governo estadual paulista. Aproveitando o momento das eleições gerais, ele tentava conseguir um diálogo com outros órgãos/poderes para que suas pautas fossem reivindicadas, para que os direitos fossem atendidos por medidas jurídico-institucionais. Também foi projetado um mega evento nacional em parceria com o CV para ter mais pressão nas pautas dos presos, algo que não foi adiante. Além dessas ações políticas via institucionais e pela ação direta, ele escreveu um manifesto político, citando relevantes ativistas políticos e intelectuais teóricos para fundamentar seus argumentos nos âmbitos políticos e jurídicos: (JOZINO, 2017, p. 106-107).

Na carta, também reivindicava o direito de voto para os presos. Pedir a criação de mutirão nacional nas cadeias, a fim de agilizar a situação dos presos em livramento condicional, em regime semi-aberto ou com a pena vencida. Pediu o retorno dos presos que cumpriram pena fora dos seus estados de origem. propõe o fim da tipificação do crime hediondo e o direito dos presos de receber visitas, não só de mãe, mulheres e filhos, mas de amigos, primos, tios e outros parentes. defendia a desativação da Casa de custódia e tratamento de Taubaté em na penitenciária 1 de Avaré. exige abertura do diálogo do PCC com presidente da república e anistia dos presos cumpridos mais de 15 anos consecutivos de pena.

Quem decretou [ordenou] a sua morte foi ninguém menos do que Cesinha, seu antigo aliado e um dos generais da facção. Segundo Jozino (2017), os motivos foram provocados por um boato de que Mizael traiu o movimento e tinha a ambição de liderar o comando sozinho, sem o apoio de outros generais que estavam em outras unidades federativas ou doentes. A ordem de Cesinha espalhou rapidamente e Mizael foi morto covardemente por sete presos que tinham ligações com a facção e por fim teve seus olhos arrancados demonstrando um suplício (JOZINO, 2017, p. 195). Dias (2011a) descreve que a morte de Mizael foi arquitetada na penitenciária de Bangu I no RJ a mando de Cesinha e Geleição por

disputas de poder na facção (DIAS, 2011a, p. 158). Sombra e Mizael viam a organização além das suas próprias amarras, observavam o potencial político que foi impedido por questões de tomada de poder por outros generais.

Com a morte das principais lideranças, houve um visível reajuste na estrutura de poder da irmandade. Porém, ambos os casos foram abafados e o ápice do problema - a cereja do bolo - estava prestes a acontecer. Em Maio de 2002, Ana Maria Olivatto Camacho, ex-esposa de Marcola/Playboy foi assassinada na frente de sua residência a mando de Natália, mulher de Geleião. Após a descoberta do crime, parentes de Natália foram mortos como vingança da ala, seguido por Marcola (JOZINO, 2017, p. 172).

Todo sistema repudiou essa ação por incluir um terceiro que não tinha muito contato com a organização. Além deste fato, o golpe final que finalizaria esse primeiro momento do PCC foi a delação de Geleião para a polícia para salvar sua esposa e a si mesmo (JOZINO, 2017, p. 173). Como verificado, o artigo 9º do estatuto proíbe qualquer forma de traição e Geleião sabia que seria inimigo daquilo que fundou. Neste cenário, as primeiras damas também participavam das reconfigurações do poder interno do grupo, os principais líderes da organização Cesinha e Geleião foram expulsos e a corrente ligada a Marcola assumiu o controle.

As mortes de Sombra e Mizael, somadas à traição de Cesinha e Geleião, acrescentando a morte da ex-mulher de Marcola, proporcionaram um vácuo no poder que foi preenchido. Marcola conjuntamente com sua ala ascendeu ao poder da estrutura do PCC em 2003, o mesmo modificou drasticamente a organização como um todo e suas formas de atuação financeira, política e estratégica. O novo líder suspendeu temporariamente os batismos para que o mesmo pudesse ser reformulado, com isso, posteriormente os batismos eram realizados com mais critérios e cautela (JOZINO, 2017, p. 204).

Porém, a maior mudança foi no componente organizacional da estrutura do partido. Num primeiro momento, o partido era uma organização centralizada de tipo piramidal; concentrava os poderes nas mãos dos generais; com uma divisão de trabalho entre aqueles que trabalham e os que ordenam e punições drásticas para erros graves. Esse tipo de estrutura funcionou no primeiro momento para o crescimento e ampliação em todo sistema paulista e estados vizinhos, com um poder. Portanto, a força violenta desse poder centralizado do partido do crime, causou um tremendo impacto na segurança pública paulista, vide a guerra de facções, a morte de policiais e juizes e a megarrebelião de 2001.

Segundo Dias (2011a), Feltran (2018) e Manso e Dias (2018) o processo de remodelação do grupo teve início em 2003 e foi estabilizado em 2006. O PCC passou por

uma descentralização de poder, “democratizando” as formas de atuação, direito a voz e voto na estrutura, transformando-a de uma organização concentrada e simples para complexa e descentralizada (MANSO; DIAS, 2018).

Os poderes internamente foram ampliados em comissões/setores denominados “Sintonias”. Essas sintonias eram compostas por vários irmãos que respondiam a um poder final, intitulado como “sintonia final”, uma espécie de comitê central com secretários gerais da irmandade, que cuidava de toda organização. Para ingressar nas sintonias os irmãos deveriam ter o proceder e cumprir as missões do grupo (DIAS, 2011a). Outra mudança foi a inserção dos termos “Igualdade e União” no lema da facção, conduzindo os ideais para “ Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União”.

O lema de igualdade foi pensada exatamente para evitar problemas internos de relação de poder entre os irmãos e assim, melhorar a divisão do trabalho, isso evitaria medidas individuais de autoritarismo, o que era comuns até a reformulação, todavia, o regime da facção conservaria nesta divisão do trabalho uma outra forma de hierarquia, diferente, enigmática e com mais participação dos membros abaixo a sintonia final (JOZINO, 2017, p. 204). Já o lema da União, iria centralizar todos os membros ao PCC, produzindo uma prática desse discurso que evitava rachas e autonomias entre diferentes regiões<sup>28</sup>.

A atuação também foi alterada, o tráfico de drogas foi visto como um produto mais rentável, seguro e que não perderia tantos integrantes, igual ocorria em assaltos e sequestros, além de ser uma forma mais racionalizada para se manter na nova realidade reestruturada do comando (FELTRAN, 2018). Assim, a nova fase desse tipo de PCC era de tipo empresarial, como trabalhado na obra de Biondi (2018). Isso transformou a organização de um partido que visava somente a luta contra as opressões e injustiças para também uma dimensão empresarial que estava se especializando no universo do tráfico de drogas.

Neste ponto, é de extrema iminência enfatizar que essa nova mudança no PCC não apagaria as antigas fases, ou seja, o PCC que era visto como um partido, continuou a ser quando ele foi se aprofundando como uma empresa. São essas dimensões do PCC que configurariam vários fenômenos em meio a uma única organização, provocando uma solene ruptura da singularidade histórica da facção.

### **c-) Pacificação e hegemonia: 2006 - 2012**

---

<sup>28</sup> O êxito do PCC em manter uma grande facção se deve a sua nova estrutura política de organização e atuação.

Essas mudanças internas refletiram fortemente nas ações externas. Em 2006, o novo PCC, renascido e adaptado, promoveu um dos maiores episódios de caos e batalha na história recente brasileira. O poder da organização foi consolidado em meio a uma verdadeira guerra entre o PCC e os agentes do Estado. Segundo Adorno e Salla (2007) e Feltran (2013), a grande demonstração de poder do comando aconteceu nos “ataques de Maio”, São Paulo teve sua maior crise nos últimos anos, com 74 unidades prisionais que fizeram outra megarrebelião, mais do que o dobro de unidades feito na megarrebelião de 2001.

O caos do governo com essa mega operação, sob autoria da facção, já estava sem controle e se agravou em seguida quando houve uma onda de ataques a prédios públicos e privados - concentrando esses ataques em delegacias e órgãos de segurança pública - em todas as regiões do Estado, com muitos assassinatos, sequestros, queima de ônibus e outros acontecimentos que se espalharam pela capital paulista (ADORNO; SALLA, 2007).

Os motivos desse poderoso ataque foram o pretexto da SAP de transferir os inúmeros líderes do partido para prisões mais rigorosas com o RDD e desta forma enfraquecer a organização e tentar acabar com o foco de poder do grupo. A própria SAP já esperava uma retaliação da facção, pois eles já tinham vivido isso em 2001 sob o mesma circunstância; em números foram:”No ano de 2006, segundo Nagashi, houve a transferência de 760 presos de diversas unidades do Estado para a recém reconstruída Penitenciária de Presidente Venceslau II [...]” (SALLA; DIAS; SILVESTRE, 2012, p. 342). Ou seja, a estratégia do governo do Estado era afastar as lideranças para não haver comunicação e enfraquecer a sua atuação, visto as reformulações ocorridas após 2003, porém, a ação do governo produziu uma reação do partido e o ataque foi brutal.

O saldo das batalhas entre o comando e a polícia, segundo os dados oficiais mostrados por Salla e Adorno foram: “Entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo, no Estado de São Paulo” (ADORNO; SALLA, 2007, p. 7). Já Feltran (2013), apresenta outros dados com um número maior de mortes por parte da PM e do PCC: “A vingança oficial aos “ataques” foi exemplar: 493 homicídios cometidos por policiais nas periferias, em uma semana. Mais quinhentos outros assassinatos nas três semanas seguintes” (FELTRAN, 2013, p. 1). Independente dos dados, o que é importante ressaltar, é o número absurdo de assassinatos em poucos dias em São Paulo.

As façanhas dos ataques foram múltiplas, gerando caos e pânico na vida dos paulistanos. Uma crise política e instabilidade tomaram conta da cidade, pois era ano de eleições gerais e o antigo governador, inimigo do partido, ia se candidatar para presidência da república. Um dos procedimentos mais utilizados durante os ataques de maio de 2006 foi o

toque de recolher. Esta ação ficou muito famosa na época, pois as autoridades não imaginavam que chegaria a essas proporções, pois os discursos das autoridades do governo do estado de São Paulo na época não acreditavam no poder do comando (COSTA, 2009, p. 103). Esses ataques tiveram um fator especial em relação ao toque de recolher, por não ser uma condição imposta pelo governo, mas sim pela organização que ordenou o toque de recolher a partir das noites de maio, ou seja, o PCC ditou o toque de recolher, que foi coercitivamente aceito pela sociedade paulistana (COSTA, 2009).

As determinações do comando foram obedecidas pela sociedade, tendo esta, reconhecido o poder da organização através da violência (ADORNO; SALLA, 2007). Os instrumentos de divulgação do PCC foram feitos através de telefones celulares e computadores via internet (MANSO; DIAS, 2018, p. 92). A informação que chegava aos paulistanos não era originária da grande mídia ou informes oficiais do Estado, mas sim de mensagens informais (COSTA, 2016), o que aumentou o pavor da população, pois as narrativas diretas do toque de recolher eram dadas de uma forma mais veloz, produzindo um temor maior do que os discursos da mídia e das autoridades.

Em 2006 o partido ficou conhecido nacionalmente por sua força de confronto contra o governo e seu braço armado paralisado, ditando as ordens na maior cidade do país (DIAS, 2011a). As cautelas para a segurança pública paulista foram modificadas após esse ano, foram alteradas as políticas para enfrentar a organização, aumentaram o investimento nas polícias e reprimiram qualquer ameaça ao governo (SILVESTRE, 2018).

A guerra generalizada marcada pela vingança de ambos foi sentida por toda a sociedade civil. Talvez nunca na história de São Paulo um grupo confrontou o Estado como o Primeiro Comando da Capital fez em 2006, as suas ações repercutiram internacionalmente, repetindo os efeitos de 2001 e consolidando como sua nova estrutura. A expansão do partido nos anos seguintes seria o novo planejamento da irmandade, com novos artifícios de dominação, reconfigurando as relações de poder dentro do “mundo do crime”, formando aliados e inimigos (DIAS, 2011a).

Com o fim do caos naquele ano, houve uma drástica diminuição nas disputas entre o PCC e a polícia militar. Com as realizações de 2001 e 2006, o aumento das prisões e a política de repressão, fizeram com que o grupo superasse as fronteiras de São Paulo e assim, disseminaram seu poder para outros Estados da federação, até mesmo para países vizinhos (MANSO; DIAS, 2018), isto fortaleceu ainda mais sua estrutura, criou uma hegemonia nas prisões, nas comunidades e implementando um sentimento de medo para a população brasileira. (DIAS, 2011a; ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013).

Muitos autores apontam que os índices de violência foram decaindo progressivamente até meados de 2012 (DIAS, 2011; FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018; SILVESTRE, 2018). O governo tucano de SP utilizou dos discursos sobre a segurança do Estado para se promover visando interesses políticos, entretanto, as investigações desses pesquisadores mostram que não foram as políticas de segurança pública que fizeram diminuir a violência, mas sim, um complexo processo de monopolização do crime em SP por parte do PCC (DIAS, 2011a).

Monopólio de violência é um conceito que foi criado por Elias (2010), a partir das reformulações sociológicas weberianas sobre o processo de transição das sociedades guerreiras, para uma nova sociedade sob o poder da violência centralizada na Europa na época medieval. A tese central da obra de Dias (2011a), é exatamente esse movimento de coerção e concentração de todas as relações sociais sobre o mundo do crime, que produziu o monopólio de violência sobre o crime. O monopólio da violência estabelecido pelo PCC fez reduzir a violência em seus territórios, isso elaborou novos meios racionalizados de operar sua dominação, ganhou prestígio das pessoas em volta, formou uma hegemonia e ampliou ainda mais seu poderio (DIAS, 2011a, p. 178).

As atuações do PCC ocorrem em territórios de seu domínio (prisões e comunidades), sua expansão exerceu um poder dentro das relações sociais dos territórios, causando processos de pacificação e hegemonia, que diminuiu a violência e fez com que os indivíduos desses territórios cumprissem normas e condutas impostas. Com o monopólio de poder, os inimigos do comando se rivalizam contra eles, seja de outros comandos ou os agentes do Estado. Esse processo de disputa de poder resultou como consequência rupturas na pacificação dos territórios do PCC, isto aumentou a violência e insegurança.

#### **d-) Da expansão para a fase internacional: 2012 - 2016**

As diversas fases do partido, neste período, foram marcadas pela ruptura violenta de 2012, a forte relação com as periferias, a expansão e alianças pelo Brasil e o início do projeto do Paraguai. Começando pelo primeiro, em 2012, ocorreu mais uma ruptura sobre a violência em SP. Como citado, foi neste ano em que as disputas entre o PCC e a Polícia Militar se acirraram novamente, principalmente com a tropa de choque da PM, a temida ROTA. Com a ascensão dos coronéis Telhada na ROTA e Camilo na PM, o objetivo de exterminar o grupo rival era iminente, com as disputas e mortes que incorporaram integrantes da irmandade, afetou-se terceiros, como primos e moradores de bairros controlados pelos territórios do

grupo, causando até chacinas como a de São Carlos em represália a morte de um policial militar na cidade interiorana (SILVESTRE, 2018). Um aviso famoso que ficou marcado, foi uma espécie de “lei” que o comando ditou aos seus integrantes, a cada um irmão morto pela polícia militar ou agentes da ROTA, dois policiais deveriam ser mortos para compensar a morte do antigo companheiro (MANSO; DIAS, 2018, p. 77). Essa regra foi posta em prática e muitos agentes do Estado foram mortos, principalmente policiais à paisana em seus dias de folga.

O gatilho que desencadeou essa nova crise, segundo Silvestre (2018), foi um suposto confronto da ROTA com o grupo em maio de 2012, “O resultado desta ação foi a morte de seis homens, e a fuga de outros cinco. Nenhum policial e nenhuma viatura foram atingidos pelos tiros do suposto confronto” (SILVESTRE, 2018, p. 145). Porém, esse confronto não existiu, os policiais tinham com um objetivo específico que foi concluído, a morte dos integrantes do partido. Segundo a autora, já existiam enfrentamentos no fim de 2011 e início de 2012, com a crescente morte de policiais e irmãos da facção (SILVESTRE, 2018), mas esse episódio foi a gota d'água para uma vingança por parte da irmandade.

Entre maio e novembro houve diversos ataques e confrontos com a morte de vítimas, policiais e integrantes do PCC que culminaram com a exoneração do então secretário de segurança pública, Antônio Ferreira Pinto no fim daquele ano. Essa singularidade do ano de 2012 foi visível nos dados e nas pesquisas (SILVESTRE, 2018, p. 146):

Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública paulista (SSP), o número de homicídios registrados no estado em 2012 foi de 4.836, registro 15% maior do que 2011, rompendo com uma sequência de dois anos consecutivos de queda; posteriormente em relação a 2013, houve uma queda de 8%, mostrando um pico de crescimento no ano da chamada crise. [...] No entanto, analisando apenas os dados sobre os homicídios na cidade de São Paulo, é possível notar um aumento ainda maior. No ano da “crise” o aumento dos homicídios na capital foi da ordem de 36%, segundo os registros oficiais da SSP.

Haja visto que 2012 foi uma ruptura singular. O processo de monopolização do crime, que se transformou no Primeiro Comando da Capital, só poderia ser disputado com outro monopólio de violência, que neste caso seria o braço armado do Estado. Nenhuma outra facção ou grupo poderia rivalizar de frente a frente com a polícia, e a cada confronto por algum motivo específico o índice de violência aumentava. Isso ocorreu em 2006 e novamente em 2012.

Mudando para outra fase do PCC, a expansão do partido ocorreu principalmente depois dos ataques de 2006, decorrendo em uma ampliação lenta, mas que conseguiu garantir bases nas 5 regiões do país. Entende-se como base os lugares em que o PCC têm poder, influência e hegemonia, logo suas bases eram os presídios em que, desde 1993, foram os

principais locais e suas formas de batismo. Outra territorialidade importante são as quebradas [periferias] que, por sua vez, eram os bairros dos integrantes da facção e também pontos de comércio de drogas ilícitas, as chamadas “biqueiras”. Foi de extrema importância a boa relação de ajuda e cuidado do PCC com os moradores desses bairros, levando a um processo de pacificação que é discutido pelos pesquisadores (DIAS, 2011a; RUOTTI, 2016).

Neste caso, o PCC se instalou como um monopólio de violência e ao administrar suas bases e preservar sua integridade, centralizou e ordenou o crime a não atuar contra essas populações, este fato gera paz nas “quebradas” e nas prisões, aumentando sua hegemonia com a população, formando novos mecanismos que mantêm uma ordem nos espaços em que deveria ter uma ação do Estado. São diversos instrumentos, desde ajuda com alimentação, saúde e segurança para os presos e sua família, até no julgamento de atos cometidos em seu território, chamados de “debates” (DIAS, 2011a; FELTRAN, 2007; MARQUES, 2000; SILVESTRE, 2018).

Assim sendo, pode-se observar que a consolidação do poder do PCC em seus territórios, se constituiu pelo poder, gerou uma pacificação na área dominada, diminuindo a violência e criando novos poderes para manter sua estrutura de dominação. Quando há conflitos, esse processo de pacificação é cessado pela disputa de poder entre dois monopólios de violência (PCC e Estado).

Como mostrado por diversos autores como, Dias (2011), Biondi (2009), Feltran (2007), Marques (2007), Misse (2008) e Ruotti (2016), a inexistência do aparato do Estado nas comunidades periféricas, é o ponto de principal para que o PCC introduza e decrete os preceitos de como agir e se comportar através do seu próprio viés. Assim, ocorre uma transição de assistência de um poder superior, que deveria ser papel do Estado e agora se encontra nas práticas do comando.

Portanto, segurança, auxílio, justiça, educação e confraternizações locais, são disponibilizadas pelo grupo para as pessoas que residem nas periferias, isso aumenta a legitimidade do comando com a população, em contrapartida pela carência estatal (RUOTTI, 2016, p. 186). A força física e simbólica que é demonstrada pela organização, sendo essenciais para a legitimidade da comunidade com o PCC. Conseqüentemente, eles utilizam de um saber viver para controlar os corpos (FOUCAULT, 2014) de seus membros e das próprias famílias que vivem na periferia, sendo produto de legitimidade e uma relação mútua entre a organização e as comunidades.

Ruotti (2016) mostra em sua tese que, a atuação do comando paulista nos bairros periféricos pode ocorrer de algumas maneiras, como a ausência do reconhecimento levada ao

medo que os indivíduos têm pelo PCC; a legitimidade da população pelos efeitos causados pela organização no contraponto pelas ações do Estado e o reconhecimento dos valores e práticas de poder que a organização tem, principalmente sobre a força física e suas seletividades.

Os pontos analisados pela autora, correspondem ao reconhecimento da relação periferia-PCC, se dão pelas relações de poder que o grupo apresenta perante sua atuação nas comunidades periféricas, portanto, o local do sujeito e seus discursos, facilitam essa sociabilidade no interior das relações sociais nesses territórios (RUOTTI, 2016, p. 172).

Ao mesmo tempo em que o comando controla e organiza as relações sociais internas da comunidade, ele “protege” aqueles que estão sob seu domínio, contra qualquer forma de poder diferente inserido naquele local. Como averiguado pela pesquisadora, essa “proteção” corresponde a um respeito da população para com o grupo, garantindo uma conduta de “respeito” e sem inserir-se no “mundo do crime”. Neste caso, esse “respeito” pode ser entendido como o silêncio e negligência das ações ilícitas do PCC, sem que cometa delações, apresentando por fim, uma forma de medo através desse respeito pelas relações de poder. (RUOTTI, 2016, p. 181).

Desde a primeira fase do PCC, com os generais e soldados, as transferências de irmãos ocasionaram diversos batismos nos Estados que eles estavam encarcerados, principalmente aqueles que faziam fronteiras como o Mato Grosso do Sul e o Paraná, criando novos núcleos. Com a reorganização após 2003, as táticas e estratégias para se expandir foram reformuladas para evitar possíveis rachas nos Estados distantes de SP e unificar o comando como um todo<sup>29</sup>.

No início da década de 2010, um plano chamado “Projeto Paraguai” (MANSO; DIAS, 2018, p. 46) foi arquitetado pela facção. O projeto apresentava inúmeros objetivos, dentre os principais: 1-) Expansão em território nacional (o que já havia acontecendo e com certa rapidez). 2-) Conhecimento sobre a plantação e distribuição de drogas ilícitas. 3-) Disputa pela rota do tráfico (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS 2018). A fronteira do Brasil com o Paraguai sempre foi uma região com muitas disputas e perigos, diversas famílias, grupos e organizações já detiveram o controle deste local. Quem domina o poder da fronteira conseguia ordenar o que podia e não podia transitar entre os dois países.

---

<sup>29</sup> O antigo PCC tinha células no Paraná e em Santa Catarina e com desavenças e rachas, muitos dos ex-componentes do PCC não concordavam com o jeito que o partido e os generais geravam. Eles criaram a Máfia Paranaense e o Primeiro Grupo Catarinense se opondo ao PCC (MANSO; DIAS, 2018). Com as mudanças em 2003, a facção não queria cometer mais rachas e possíveis novas organizações, desta forma a unidade e a coesão entre o grupo deveriam ser igual para todos os locais.

Segundo Manso e Dias (2018), a fronteira era uma região de enorme prestígio, pois era onde era produzida a maconha<sup>30</sup> e acima do território paraguaio era produzido a pasta de cocaína<sup>31</sup>. Quem dominasse essa fronteira além de produzir, poderia vender ao preço que melhor lhe compreendesse e cobrar pedágio pela transição entre os dois países. Como o mercado e uso dessas drogas ilícitas são proibidos tanto no Brasil quanto no Paraguai, o valor para produzir e distribuir era enorme, visto que o mercado consumidor é extremamente diversificado, abrangendo toda América Latina e mundo afora, como a América do Norte, Europa, Ásia e África.

Neste período de meados de 2010, o PCC se fortalecia e se expandia, seu lado empresarial no tráfico de drogas distribuía e revendia para todas as regiões e outros comandos que seguiram seus passos. Muitas facções se sentiram ameaçadas pelo poder “imperialista” da facção paulista em dominar todas as bases de distribuição do tráfico de drogas (MANSO; DIAS, 2018).

Assim, alianças começaram a ser formadas contra a ameaça do PCC. Algumas facções como a Família do Norte (FDN) da região Amazônica, Primeiro Grupo Catarinense (PGC) de Santa Catarina e o Sindicato do Rio Grande do Norte (SIN-RN), já declararam o grupo paulista como um inimigo, e construíram uma aliança para tentar barrar esse rival de seus Estados. O Comando Vermelho por sua vez, aliado desde a década de 1990, não se intrometeu nessa batalha (MANSO; DIAS, 2018), todavia, os cariocas eram os maiores aliados da FDN, PGC, SIN-RN, inimigos do partido.

Por fim, tanto o PCC quanto o CV tinham planos conjuntos para a fronteira do Brasil e Paraguai. A ideia inicial era tomar o controle dos rivais paraguaios e brasileiros, a partir disso, os dois grupos controlariam esse ponto lucrativo que era a fronteira. Ao longo da década, importantes integrantes chegaram naquela região e se estabilizaram nas cidades próximas às fronteiras, aprendendo e cumprindo as designações de seus respectivos partidos. Quando um traficante chamado Jorge Rafaat assume a fronteira e elimina rivais locais, se inicia de fato as disputas entre o traficante e sua tropa contra os partidos do crime.

### **e-) Da geopolítica a guerra das facções: 2016 - 2018**

---

<sup>30</sup> O Paraguai é um dos países que mais produzem plantios de maconha no mundo, gerando empregos nas províncias, aquecendo a economia e tornando um elo significativo para poderosos grupos que queiram comercializar este produto.

<sup>31</sup> Por causa da grande quantidade de florestas de coca na Amazônia, as regiões de Bolívia, Colômbia e Peru concentram uma grande exploração dessa planta, servindo de ebulição para criar a pasta de cocaína, utilizada para a fabricação de drogas ilícitas como cocaína e crack.

Essas facções, atrelaram-se ao mercado ilegal de drogas, armas e tornaram-se responsáveis pela distribuição e rota nas regiões de sua atuação (MISSE, 2011). Desta forma, há dezenas de comandos espalhados por todo Brasil, organizações que têm uma presença nacional como o próprio PCC e CV - que foram as primeiras - e exerceram um poder muito forte por ter suas ideias e movimentos inéditos.

Esse legado foi herdado e serviu de inspiração para a criação de outros grupos em diversas regiões do país. Outras organizações foram criadas e exercem um poder dentro de uma região ou em mais Estados, como a FDN, Bonde dos Malucos (Bahia e Sergipe) e Okaida (Paraíba e Pernambuco) ou, estão restritas a um único Estado como o Amigo Dos Amigos (RJ), o Guardiã do Estado (CE) e a Máfia Paranaense (PR). Grande parte das novas irmandades tiveram algum resquício de membros que eram do PCC ou CV e por divergências, saíram para criar novas facções como por exemplo a FDN, a Máfia Paranaense e o ADA.

Segundo Manso e Dias (2018), desde 2013 as relações entre os comandos estava desgastada, com confrontos entre os grupos devido ao tráfico de drogas e conquista de territórios, que teve seu ápice em junho de 2016. Nesta época, houve uma ruptura no acordo de não agressão entre as maiores organizações do Brasil (PCC e CV) isto gerou um forte abalo no “mundo do crime” e no tráfico de drogas do país (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018). Esse rompimento foi motivado pelo assassinato, a mando do PCC, do traficante Jorge Rafaat, conhecido como rei da fronteira no Paraguai (MANSO; DIAS, 2018, p. 70).

A reação após a morte de Rafaat foi um racha entre as organizações, criando alianças entre as entidades e uma grande disputa sobre os territórios e a rota do comércio de drogas. Quem detinha o controle da fronteira entre o Brasil e Paraguai, controlava um imenso poder na rota do tráfico entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Com a dominação do PCC nessa rota, um novo marco histórico se fez presente, as guerras entre os comandos no Brasil.

Além disso, os conflitos para dominar a nova rota comercial do tráfico de drogas na região norte chamada de “Rota Solimões” foi um novo fator de tensões entre o PCC e seus aliados contra o CV, FDN e parceiros (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). A fronteira do Paraguai representava a sistematização da Rota Caipira<sup>32</sup>, que é um percurso que liga os nichos de produção da maconha e pasta de coca dos países vizinhos, atravessa o centro oeste brasileiro até o interior paulista, seguindo de lá para diferentes destinos, como: 1-) Porto de Santos para ser exportada a outros continentes. 2-) Região metropolitana de São Paulo

---

<sup>32</sup> Para saber mais sobre este assunto acessar: ABREU, Allan de. Cocaína: a rota caipira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

distribuindo para centros comerciais próprios ou biqueiras. 3-) Outros estados do Brasil (ABREU, 2017).

Com o monopólio da Rota Caipira, protagonizada pela irmandade paulista, a Rota Solimões foi cada vez mais protegida pela FDN e cobiçada pelas organizações rivais, principalmente o PCC (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Assim, com a morte de Rafaaf, a consolidação da Rota Caipira e a expansão desenfreada do PCC a nível internacional, produziu o racha entre as organizações e a FDN, rivalizando fortemente contra o partido do crime paulista. Ferreira e Frumento analisam sobre a Rota do Solimões (FERREIRA e FRAGMENTO, 2019, p. 109):

A Rota do Solimões é importante estrategicamente justamente pela sua posição duplamente privilegiada frente ao cenário regional. Primeiro, por estar próximo dos mercados produtores, em especial Colômbia. A logística é muito facilitada nessa rota, visto que é uma região de densas matas e rios navegáveis, pouca ou nula fiscalização e mais curta, em comparação a Rota Caipira. E segundo, por estar mais próxima dos mercados consumidores do Norte Global, em comparação a rota do Sul, facilitando assim o comércio.

A partir de 2017, a declaração de guerra e as rotas do tráfico foram o prelúdio para as chacinas nos presídios do norte e nordeste do Brasil, além das disputas de poder para controlar presídios, rotas e o comércio dos produtos ilícitos (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018). Esse processo criou uma forte instabilidade entre os comandos, aumentando o conflito e violência, que reconfigurou as relações de poder e assim, surgiram novos problemas para a segurança pública no Brasil.

Estima-se que apenas na primeira quinzena de janeiro de 2017 houveram dezenas de rebeliões, com mais de 130 mortes em 8 Estados diferentes, fruto das guerras entre as alianças das facções que dominam os presídios<sup>33</sup>. Pela primeira vez houve confrontos diretos entre rivais com uma repercussão internacional e, devido aos desdobramentos da fronteira em 2016 e as novas rotas do tráfico, esses episódios foram o início para outras batalhas e chacinas que se espalharam em 2017 e 2018 (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Dentre essas rebeliões, serão analisadas as três principais que se destacam em relação ao problema da segurança pública, os confrontos de Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte em 2017.

Diferentemente das rebeliões paulistas de 2001 e 2006, esses motins de 2017 tiveram como alvo a luta contra seus oponentes no interior das próprias cadeias e a tentativa de exterminá-los. Nessas ocasiões, os objetivos principais não eram pautas em comuns para toda

---

<sup>33</sup> Segundo as informações da mídia da época: CARNIFICINA em presídios deixou mais de 130 mortos neste ano. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carnificina-em-presidios-deixou-mais-de-130-mortos-neste-ano/>. Acesso em: 21 jun. 2020

a comunidade prisional, mas sim, guerrear contra o rival encarcerado que estava ligado ao grupo que se tornou inimigo. Essas batalhas só puderam ser cometidas por alguns fatores específicos, como a má estrutura das cadeias desses locais, a falta de funcionários para gerenciar a segurança, a carência dos processos das sentenças jurídicas dos detentos e a filiação massiva da população nas facções.

A primeira rebelião aconteceu em Manaus, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) no dia 02 de janeiro. Segundo as autoridades locais, houve um saldo de 56 mortos e contou com a presença de todos os integrantes do PCC. A autoria desta chacina foi feita pela facção FDN que, além de assassinar os seus rivais, decapitaram suas cabeças mostrando um suplício de como matar, chocando a opinião pública (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Segundo os dados oficiais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas (SEAP), o complexo do Compaj abrigava aproximadamente 450 indivíduos, contudo, a lotação na época do massacre era de cerca de 1220 pessoas, um número muito superior, classificado como superlotação.

Dentro do sistema, os pavilhões foram divididos pelas alianças dos presos a partir dos comandos. Isso não é algo singular do Compaj, mas uma regra do universo prisional mediado pelas facções que se tornou institucional pelas direções dos presídios de todo o Brasil. Dessa norma, a coalização dos pavilhões administrava suas próprias tarefas e os serviços que deveriam ser feitos pelo papel do Estado ou por empresas da iniciativa privada, que eram contratadas para trabalhar na gestão dos presídios, portanto, eram terceirizados pelos próprios integrantes de organizações dos presos.

No exemplo do Compaj, a empresa Umanizzare que gerenciava o complexo de Manaus têm um jogo próprio para lidar com os presos, deixando uma autogestão dos encarcerados para manter a ordem nos presídios. Essa autogestão<sup>34</sup> não é nova, mas sim, um princípio iniciado pelas organizações criminosas na década de 90 para que evitassem agressões e maus cuidados dos carcereiros em relação aos presos.

No dia da rebelião, membros da FDN, em união com o CV renderam os guardas e invadiram o pavilhão em que se encontravam os integrantes do PCC, com a utilização de facas, pedras, pedaços de madeira, barras de ferro e outros objetos, aconteceu a matança (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Diversos vídeos e fotos do interior do presídio foram compartilhados através de redes sociais e aplicativos de conversa, os mesmos viralizaram na grande mídia, como consequências, enalteceram o discurso para a punição e demonização do

---

<sup>34</sup> Para saber mais sobre esse tema veja as obras de Biondi (2018), Dias (2011a), Marques (2007), Moreira (2012).

bandido em função das arbitrariedades cometidas. A revolta dos membros do PCC e seus aliados em todo território nacional tinha sede de vingança e uma vontade coletiva de eliminar a FDN e o CV.

Como resposta, no dia 06 de janeiro, houve uma nova rebelião seguida por uma chacina com 33 mortes na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em Roraima. Neste acontecimento, membros do PCC “vingaram” seus irmãos mortos no Amazonas e atacaram integrantes da FDN e CV. Baseado nos dados da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (Seduc), a Penitenciária de Monte Cristo tinha na época cerca de 1400 presos para uma capacidade estimada de 650 presos, configurando uma superlotação.

Como no Estado vizinho, havia uma divisão dentro da penitenciária entre o PCC e a FDN/CV, e a tensão já era prevista na região por conta dos ataques do dia 02. Os integrantes do PCC iniciaram o motim com um único objetivo, atacar o pavilhão de seus rivais, utilizando das mesmas formas de violência e crueldade, os irmãos do comando paulista mataram e decapitaram 33 presos rivais com facas e objetos cortantes, enaltecendo a facção e direcionando a caça contra os seus inimigos (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019).

Todavia, o caso mais emblemático foi a “Batalha de Alcaçuz”, em 14 de janeiro no Rio Grande do Norte. Neste dia, uma rebelião e guerra entre os pavilhões do PCC contra o Sindicato-RN (aliado ao CV e FDN) foi noticiado pela mídia com o conteúdo das mortes, resultado das disputas de poder entre as organizações. Nesta ocasião, morreram 26 pessoas, a maioria foi decapitada e desmembrada, impossibilitando o reconhecimento dos corpos pelos familiares e o Instituto Médico Legal.

A penitenciária estadual de Alcaçuz e a Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga<sup>35</sup>, segundo dados do governo do estado, apresentavam uma estrutura para suportar 650 presos em Alcaçuz e 420 no “Pavilhão 5”, mas a sua população no dia chegava a quase 1400 presos, um número consideravelmente bem maior. Além disso, a infraestrutura das penitenciárias estava localizada nas dunas de areia, um fator que prejudicava o funcionamento e segurança dos agentes e presos.

Presos de Alcaçuz se rebelaram, desligaram a energia elétrica do sistema penitenciário, armados com pedras, facas e até armas de fogo<sup>36</sup>, seguiram rumo ao outro pavilhão para confrontar seus rivais. O início do tumulto foi cerca das 17h do dia 14/01 e

---

<sup>35</sup> A Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga era ligada com a penitenciária de Alcatraz, o pavilhão 5 desta instituição, desta forma ambos estavam conectados em um grande complexo. Com as brigas das facções no estado, foi dividida Alcaçuz e o Pavilhão 5 para o PCC e o Sindicato-RN.

<sup>36</sup> Segundo as notícias da época, um grupo de homens jogaram armas do lado de fora da cadeia para dentro, promovendo portanto um ataque já planejado.

terminou apenas às 07h do dia 15/01. Nesse meio tempo, 26 homens foram mortos, dezenas fugiram e a situação foi acompanhada nos arredores de Alcaçuz pela grande mídia e os familiares que não conseguiram identificar o que estava acontecendo e sofriam pelo desespero da guerra entre as facções.

O impacto da batalha de Alcaçuz acarretou em uma repercussão internacional, maior que os ataques de Manaus e Roraima, pois foi notificado que a brutalidade dos suplícios foi o destaque principal. A título de curiosidade, os episódios de Manaus e Roraima foram considerados uma das maiores chacinas nos presídios brasileiros. Para melhor visualizar, esses eventos foram de grande impacto para as políticas de segurança pública a nível nacional, criaram tensão para um eventual guerra entre outras facções e periferias de todo Brasil e uma intervenção do governo federal nessas regiões. Em 2018 os confrontos continuaram, mas não tiveram a mesma atenção do ano anterior.

Nesses 3 exemplos de 2017 observa-se a questão da instituição estatal e o papel das organizações. Todas as penitenciárias estavam com superlotação, divididas por pavilhões com os grupos que ditavam suas leis e confrontavam seu rivais, além disso, os problemas crônicos e cotidianos da insuficiência de direitos básicos como alimentação, saúde e justiça reforçaram ainda mais o ódio pelo sistema prisional e intensificaram o discurso contra o inimigo.

Neste último ponto, várias bibliografias mostram que o descaso público e a ausência do aparato estatal foi o fator principal para a entrada de detentos em organizações, pois nessa realidade nas regiões Norte e Nordeste e a imposição pelo medo/força ou por uma necessidade vital, eram as únicas condições que os presos tinham para sobreviver ao seu tempo atrás das grades. A ausência do papel do estado de ressocialização do indivíduo, era coercitivamente trazido para dentro das organizações dessas regiões, além do fato da mística de combater a facção rival. Esses elementos se diferem do PCC de seus primeiros anos, agora, a irmandade tinha renome, prodígio e era respeitada nacionalmente, sendo uma entidade que deve ser combatida e/ou temida.

As guerras recentes das facções já trabalhadas por Feltran (2018), Manso e Dias (2018), Ferreira e Framento (2019), estabelecem uma particularidade própria, diferenciando-as de outros tipos de confrontos. Segundo Ferreira e Framento (2019), essa particularidade se dá a partir de questões da própria segurança deles e das condições dos negócios econômicos. Os conflitos não acontecem de forma constante, atingindo picos de violência e depois voltando à “normalidade”. Ainda na reflexão dos pesquisadores, caso fosse permanente, chamaria atenção da mídia, forças policiais e da justiça, fazendo o Estado antagonizar contra os partidos do crime estando inseguros ao temor de ser preso

(FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Uma guerra sem limites prejudicaria a economia dos grupos, impedindo o comércio das substâncias ilícitas e diminuindo as receitas das organizações (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019).

Dessa forma, há um cálculo biopolítico sobre as lutas dessa nova fase. Entende-se Biopolítica como novas formas de organizar e disciplinar a população sob o pretexto de um poder específico, domesticando os corpos e direcionando-os para determinados fins políticos, econômicos, jurídicos e morais, ou seja, uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 2008) ou nas palavras de Revel: “por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica” (REVEL, 2005, p. 26). Por meio disso, as organizações analisam através da biopolítica, pois há um risco em perder seu biopoder e enfraquecer os comandos.

A ruptura ocorrida com as chacinas de 2017 mudaram a perspectiva e o projeto de união das facções, agora o inimigo principal do PCC não era mais as autoridades e a força policial, mas também as organizações que o impediam de se expandir e alcançar a hegemonia de todo território nacional e até mesmo internacional.

## CAPÍTULO 5

### AS FACES DA MESMA MOEDA

Após a explanação dos capítulos anteriores, pode-se observar que a facção não é um objeto simples ou derivado de uma causa infundada, como os discursos midiáticos construíram a imagem do sujeito bandido (MISSE, 2010) e utilizam da narrativa contra o grupo como forma de amedrontar a população para lucrar, como discutido no capítulo 1.

A organização não surgiu do acaso, ela é decorrente de questões macros, como a crise do mundo do trabalho, a deslegitimidade do Estado, as políticas que buscavam empoderar setores específicos e a herança da repressão militar que enxergava seus opositores como inimigos, humilhando, maltratando e matando aqueles que não estavam no projeto de poder da classe dominante da época, o que foi demonstrado no capítulo 2.

Já o capítulo 3, mostrou que devido a ação do Estado repressor, surgiu o partido, que por sua vez, aprendeu a se organizar e utilizar as brechas do poder que encontrava, ocasionando novas formas de lutar, reivindicar e se manifestar no interior das cadeias e posteriormente nas periferias, durante as décadas de 1990 e 2000.

Porém, como abordado no capítulo 4, esse princípio - que pode ser classificado como revolucionário, ou seja, revolucionar a forma que os presos viviam - mudou sua relação com o braço armado do Estado, estabelecendo um forte poder, que começou a atuar dentro e fora das prisões, nas periferias e favelas, em São Paulo e outras unidades federativas e por fim, no Brasil e em países vizinhos.

Como observado, a relação do Estado com o PCC é constituída historicamente pelos discursos e poderes moralistas e punitivistas, causando muita violência, insegurança e militarização na sociedade, principalmente com os efeitos na segurança pública. Dessa forma, é importante superar os aspectos do bem e mal que são o fundamento do senso comum para analisar essas condições, assim como é relevante reverter o punitivismo, visto que mais prejudica do que soluciona as contradições da sociedade brasileira, com uma população carcerária imensa, a violência ostensiva das forças policiais contra as regiões mais pobres e periférica, o fortalecimento do crime e a manutenção do projeto de segurança pública.

Portanto, a alegoria do título desta pesquisa “As faces da mesma moeda” trata o viés dual moralista, preenchido pelo conteúdo punitivista submetido à manutenção do projeto de segurança pública vigente. Além das faces morais da “moeda” PCC, é necessário a

explicação das dimensões que regem a organização com características, semelhanças, atuações nos rumos político, bélico, econômico e social.

### **a-) A dimensão política do PCC**

A dimensão PCC está presente em muitas esferas da sociedade brasileira e latino americana, podendo ser entendida mas não conceituada exclusivamente como uma expressão de monopólio de violência, conforme Dias (2011a) apresentou, como categoria teórica da presença da organização nas prisões e periferias, mandando e regulando a vida dos moradores.

Além dessas definições da perspectiva política, é notório observar a irmandade como uma instituição jurídica, que vigia e pune aqueles que não obedecem suas regras, ficando de exemplo os “debates” (DIAS, 2011a; FELTRAN, 2007; MARQUES, 2000; SILVESTRE, 2018). Também pode-se observar como um partido político e sindical, aquele sonhado por Mizael nos primeiros anos do grupo (JOZINO, 2017), por sua estrutura, atuação e disciplina.

O monopólio de violência, que é a centralização de todo poder na figura da irmandade, tem a prerrogativa de regular os corpos dos moradores, transformando a posição de política do PCC pelo monopólio de violência, em uma via também jurídica, visto a imposição de normas, leis e condutas que devem ser obedecidas por toda população local. Esse princípio político de posição do poder, através de um sujeito que atua, organiza, administra e controla os territórios que ele domina, promove um processo de territorialização, mesmo que não haja uma formalização de fato de “territórios do PCC<sup>37</sup>”.

Para aprofundar essa questão, Haesbaert (2004) auxilia no processo de territorialização e desterritorialização para entender as questões entre a ação e o espaço. Para o autor, o território pode ser enquadrado de uma maneira polissêmica e interdisciplinar, apresentando quatro macro dimensões: política: são as configurações do controle de um poder nos territórios, existindo logo, um ou mais poderes soberanos em disputas, portanto uma disputa de poder pelo território; cultural: são as relações simbólicas e subjetivas construídas pelos nativos do local em relação ao espaço; econômica: são os elementos das relações de recurso, produção e circulação de mercadorias entre as classes sociais; e natural:

---

<sup>37</sup> Isso significa que os aparelhos do Estado, ou seja, as esferas jurídica, política e policial não legitimam a perda de territórios pela organização, contudo, com a ausência do poder público, a facção insere-se e controla os territórios na prática, criando um cenário entre o legal e o real.

tendo como um sentido filosófico da ontologia humana pelo apelo do espaço físico (ALMEIDA, 2014).

Assim, a região que o PCC estabelece, torna-se um território político da organização, seja a partir das relações de poder que ocasionam na administração ou na supervisão das biqueiras, ou dos próprios irmãos que moram e tendem a defender o bem estar de sua quebrada, mantendo a ordem contra qualquer poder inimigo. É nesse princípio da posição do partido nas periferias, que se produz o processo paradoxal de tentativa de legitimidade dos moradores pela organização (RUOTTI, 2016). Por meio disso, o PCC como monopólio de violência atua de forma política, todavia, não eleitoralmente.

O PCC como partido político refletido pela complexa organização e atuação de suas ações, corresponde a uma mudança estrutural após as reformulações entre 2002 e 2003, sob liderança de Marcola (JOZINO, 2017). O legado que a organização deixou com seu imenso poder, fez com que ela ficasse conhecida internacionalmente, reestruturando as dimensões de segurança pública, com a criação de novas leis e formas de punir, vide o RDD, além do desenvolvimento de potencialidade de outras organizações, que utilizem o mundo do crime (FELTRAN, 2008) como poder político e econômico.

A extrema disciplina, sua visão de mundo e objetivos específicos, levou a organização a confrontar diretamente o Estado, algo que nem as forças revolucionárias que lutaram contra a ditadura civil militar no Brasil fizeram, mostrando como a organização tem um poder político e bélico.

## **b-) A dimensão bélica do PCC**

Esse poder político e bélico foi demonstrado diversas vezes, contudo, essa relação é intrínseca, pois durante toda a história da organização, a violência sempre foi a característica principal, como demonstração de disciplina e de conquista de seus planos. Com uma enorme população carcerária, que sofria todas as contradições do sistema penitenciário, uma ideia anti-sistema foi o combustível para motivar as massas nas prisões a aderirem a irmandade.

Os discursos políticos e suas ações, instigaram os membros do PCC a se tornarem uma “força bélica” poderosa, com um exército disciplinado, fortemente armado, que atacaria todos que estavam no aval do grupo, inclusive inocentes, chegando a sua finalidade em conquistar, dominar e lucrar (JOZINO, 2017; MANSO; DIAS, 2018). Os exemplos das mega rebeliões em 2001 e 2006, são a demonstração na prática do poder bélico do partido, que

mesmo em um local da ordem com seu panóptico (FOUCAULT, 2014), os membros conseguiram se rebelar em todo Estado, pautando suas reivindicações.

Além disso, os ataques contra as forças de segurança pública em 2006 e 2012, mostram o seu poder bélico fora das grades, espalhando a violência e o terror como forma de posição política para atender suas pautas, deixando a população acuada e com o sentimento de terror e submissão através da coerção. Esses ataques não foram apenas contra as forças do Estado, mas também contra outros presos e/ou integrantes de outras facções. Os fatos do início de 2017 e 2018 demonstram como esse "exército do PCC" pode ser cruel e desumano, revidando os ataques contra seus integrantes, matando e decependo os rivais da FDN, CV e SIN-RN, acabando com qualquer prerrogativa de respeito pelo inimigo, fazendo das técnicas de suplício como uma vitória (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018).

Não é apenas em territórios das periferias ou prisões que essa dimensão se destaca, as ações nos países vizinhos, são outra prerrogativa de como o poder e expansão da organização deve estar inserido na força bélica, criando confrontos e guerras contra outras facções e traficantes estrangeiros. Como já exposto, a morte de Jorge Rafaat foi um exemplo de como o exército da organização atuou para assassinar o "rei da fronteira", além de matar rivais que queriam atralhar os planos da irmandade.

Assassinar um poderoso traficante, com uma frota de seguranças armados, escoltado por carros blindados e que conhece a geografia e sociabilidade local (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018), demonstra o nível de planejamento, organização e prática para exercer seu poder. A citação a seguir, compreende o grau do esforço e armamento bélico para eliminar o rival:

No dia 15 de junho de 2016, poucos meses depois da primeira tentativa, Jorge Rafaat Toumani foi executado nas ruas de Pedro Juan Caballero, às 19 horas, num ataque que contou com pelo menos quatro carros, aproximadamente cinquenta pessoas e balas de fuzil capazes de furar blindados e derrubar helicópteros. O ataque aparentemente teve o revide dos seguranças que faziam a escolta de Rafaat e deflagrou um tiroteio que durou cerca de quinze minutos, com mais de quinhentos tiros disparados. Ainda hoje é possível observar as marcas dos tiros de grosso calibre nos muros do centro de Pedro Juan Caballero. A foto do corpo do Rei da Fronteira no banco da frente do veículo blindado, ensanguentado e com a cabeça destrocada pelos tiros da metralhadora antiaérea utilizada para furar a blindagem, a M2 Browning calibre .50, foi o símbolo que marcou a transformação profunda não só dessa região da fronteira mas da história criminal do Paraguai e do Brasil, anunciando a nova conformação de poder que se pretendia instalar ali (MANSO; DIAS, 2018, p. 30).

Por fim, a relação do político com o bélico é o elo dessa perspectiva da organização, levando a outro importante aspecto para a motivação e a realização das ações do grupo, as questões econômicas do âmbito do PCC.

### **c-) A dimensão econômica do PCC:**

O aspecto econômico é um dos principais temas de estudo sobre o PCC, pois ela remete a uma relação complexa entre uma linha tênue entre o dinheiro legal e o ilegal, as formas de “trabalho” no meio lícito e do meio ilícito (TELLES, 2010), classificando o grupo em atividades que não correspondem a formalidade e ordem do Estado, representando portanto ele ao crime.

A economia da organização é entendida de diversas formas, atuando de algumas maneiras, o que leva uma grande rede que movimenta muito dinheiro em atividades legais e ilegais, visto que a primeira é visada para lavar o dinheiro da última. Uma reportagem de Jozino (2020, p. 1), revelou a informação de que a organização movimentou mais de 1 bilhão de reais entre 2019 e 20120, um movimento que supera muitas empresas e ações no âmbito financeiro: "A organização movimentou R\$ 6,2 milhões de setembro de 2004 a junho de 2005 (média aproximada de R\$ 688 mil por mês), e cerca de R\$ 1 bilhão entre abril de 2018 e julho de 2019 (média aproximada de R\$ 66 milhões por mês). A evolução atingiu cifras dignas de uma multinacional".

A evolução econômica da organização, que passou em pouco mais de 10 anos, a um capital a nível de empresas multinacionais, mostra como foi de extrema importância as receitas e os negócios, o que pode ser entendido como mudança de paradigmas do início do PCC na década de 1990 e o PCC no fim da década de 2010.

Essa máquina econômica teve como visto ao longo de sua história, algumas práticas e negócios específicos, inaugurando novos nichos econômicos que impactam a segurança pública, tornando um problema crônico no século XXI, isto é, o tráfico de drogas como carro chefe para a arrecadação e financiamento de suas ações, deixando a organização rica, com mais recursos, logo, seus membros também.

Porém, não é apenas o tráfico de drogas que a organização utiliza para obter seus lucros, o jogo do bicho, contrabando de mercadorias, rifas, assaltos a bancos, assaltos a carro forte e a mensalidade dos associados são outros tipos de arrecadação (MANSO; DIAS, 2018).

Essas tipificações dos nichos econômicos serão compreendidas a partir do conceito que Teixeira (2012) categorizou como economia criminal, a partir das obras de Michel Foucault e o estudo da autora sobre o crime e a delinquência em São Paulo:

Entendo por economia criminal, desse modo, a configuração de uma dada atividade criminalizada, sobre a qual orbitam diversas condutas (em regra manejáveis como delinquência), e se estrutura um mundo social a partir do qual se promovem

agenciamentos, mobilizam-se e transferem-se recursos (econômicos, mas também sociais), transacionam-se mercadorias políticas sentido empregado por Misse), delineando-se ainda entre os agentes uma relativa articulação no plano local (TEIXEIRA, 2012, p. 200).

Dessa forma, a economia criminal produzida pelo PCC estão incorporadas dentro da economia do legal e ilegal, aticulando novas esferas e expandindo para outros tipos de serviço. Para concretizar melhor essa última premissa, começamos pelo contexto histórico do PCC. De início, a economia criminal na década de 1990 era marcada por grandes assaltos a bancos e sequestros, o que pode ser visto como a condenação na justiça de quase todos os generais fundadores do grupo (JOZINO, 2017).

Nesse primeiro momento, a mensalidade e a arrecadação dos membros dentro e fora das cadeias, era crucial para ajudar os integrantes com assistência jurídica, de saúde, com alimentos ou com transportes para suas famílias (BIONDI, 2018; DIAS, 2011a; JOZINO, 2017) . Para ter custos, deve-se ter receitas, e com os altos custos que o PCC tinha, como partido e sindicato político, isto é, ajudando os membros dentro do sistema penitenciário<sup>38</sup>, o aumento de outras economias criminais foram surgindo, relacionadas aos problemas políticos internos.

É diante desse contexto que no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, mais precisamente nas reformulações de poder entre 2002 e 2003, o comando consolidou sua política econômica através do tráfico de drogas. Por ser um produto proibido mas consumido, o uso e venda de drogas sempre foi censurado, condenado e reprimido.

Isso é fruto de uma política de guerra às drogas a nível internacional, o que ocorre há décadas na América Latina e teve suas consequências maiores, com o domínio das facções neste tipo de economia criminal. Assim, a organização foi transformando seu comportamento, adentrando nas brechas que as políticas de guerra às drogas comprometem, levando a organização a gerenciar, circular e vender os maiores componentes de droga, isto é, a pasta base da cocaína e a maconha.

Dentro dessa lógica da economia criminal, com a proibição e a alta demanda, o valor aumenta exponencialmente, tornando a organização perita nesse negócio, transformando ela na prática como uma espécie de empresa profissional, atuando nas pequenas lojas ou biqueiras, na circulação das mercadorias por todo Brasil, mediante as alianças com outras facções e o controle da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, com bases para comércio junto de outras organizações internacionais pelo mundo (MANSO; DIAS, 2018). Essa mudança se

---

<sup>38</sup> Mesmo que haja diversas contradições nessa ajuda, como apontado por Biondi e Marques (2010).

intensificou até os dias atuais, colocando a facção como um enorme poder econômico que movimenta a economia nos locais que ele se estabelece, devido ao imenso nicho com receitas que é o tráfico de drogas, financiando a estrutura interna do grupo:

O dinheiro do tráfico bancaria a estrutura burocrática em defesa do interesse de seus filiados. Pular intermediários e chegar diretamente aos fornecedores da maconha e da pasta- base de cocaína era uma tarefa estratégica para alcançar esse objetivo. É como se a mão de obra mais barata, aqueles que matam e morrem às pencas nas prisões e nas periferias brasileiras, compreendesse que, com um pouco de organização, podia assumir as rédeas. À medida que o PCC conseguia realizar seus planos, um novo modelo de negócio de drogas vai se consolidando. O mundo do crime brasileiro assumia, então, um novo formato. (MANSO; DIAS, 2018, p. 7)

Ademais, o jogo do bicho também é uma forma de arrecadação, mesmo que o partido não tenha inaugurado esse tipo de negócio (MISSE, 2010), ele administra e coordena o jogo entre os membros, primos e a população da qual têm sua base, criando uma sintonia para cuidar exclusivamente do jogo do bicho (MANSO; DIAS, 2018).

Além do jogo do bicho, o contrabando de diversas mercadorias como o cigarro são outras fontes de renda, mesmo com graus diferentes de receita, elaborando a sintonia do cigarro (MANSO; DIAS, 2018). Outra sintonia é das rifas, que criam sorteios e prêmios, a base de compras de fichas por um preço específico (DIAS, 2001a; MANSO; DIAS, 2018; FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Os prêmios não são simples, são veículos, imóveis entre outras coisas que motivam os membros a participarem e um rendimento maior para o grupo.

Dias (2011a) relata a entrevista que teve com um interlocutor sobre as formas de economia criminal do PCC:

Este entrevistado relatou todo o funcionamento comercial do PCC, que envolve essencialmente a arrecadação por meio da distribuição de drogas, do pagamento de mensalidade dos irmãos soltos, rifas e contribuições “voluntárias” de companheiros ou irmãos que tinham obtido sucesso em assaltos envolvendo grande volume financeiro. Também relatou os gastos da organização com o pagamento de “funcionários”, advogados, cestas básicas para as famílias de alguns presos, investimento em armas e drogas, e em empresas para lavagem de dinheiro, empréstimos a irmãos etc (DIAS, 2011a, p. 55).

Destarte, a perceptível transformação profunda do PCC e a mudança da forma de atuar, passando de um sindicato para reivindicar suas pautas mais específicas para uma empresa profissional, em diversos países e com uma movimentação bilionária. Assim, muitos podem observar que a organização tornou-se “capitalista” pela busca de receitas milionárias, porém, essa é apenas uma dimensão da organização.

#### **d-) A dimensão social do PCC**

O último elemento é o mais controverso e surpreendente, partindo da premissa que uma organização atuante no crime, não corresponderia a uma questão social. Contudo, o PCC têm alguns impactos sociais e culturais, transcendendo a organização do concreto para elementos abstratos, como ideais, condutas e normas, que são seguidos por indivíduos que não são da organização, mas se solidarizam com o universo simbólico do comando.

As outras dimensões da política, bélico e econômica, ajudam a compreender o social, dado que o grupo surge com reivindicações e pautas político-sociais. Quando se estabeleceu o monopólio da violência nas periferias e tornou-se o processo de legitimidade da população com ele, as leis, normas e condutas morais, que os ideais da facção pregavam, se transformaram em medidas e proposições sociais, isto é, as teias de interdependência que o PCC produziu nas periferias ocasionaram novas formas de sociabilidade e uma identidade própria. Essas questões podem ser entendidas em âmbitos culturais, como em músicas, símbolos, signos, entre outros elementos do real para o ideal, traçando uma ideologia nova para essas relações sociais.

Essa ideologia social trouxe novos significados atrelados ao mundo do crime (FELTRAN, 2007), que com a ascensão e hegemonia da organização (DIAS, 2011a), produziu novos signos, ética e identidades próprias nas periferias, prisões entre outros espaços. O símbolo do *yin yang* é um exemplo, de como a juventude utiliza e apropria como forma de expressar uma identidade da periferia, que veio através do mundo do crime associado a irmandade<sup>39</sup>.

Além das periferias e cadeias, o PCC tem presença em outros espaços, como a cracolândia paulistana. Apoiado nas pesquisas sobre a complexibilidade desse território (ADORNO, *et al*, 2013; BIONDI, 2011; JUNIOR; CAVALCANTI, 2013, RUI, 2012), o forte impacto que a irmandade tem neste local e nas vidas dos usuários de droga, produziram novas regras sociais, que são seguidas por esses indivíduos, tornando o grupo no exercício de micropoderes locais:

Ou seja, este campo de interdições parece envolver não só um processo histórico de novas regulações nesses territórios, como também noções muito particulares de comportamento desejável e respeitável, de cuidado corporal e de ajustes a orientações, consensuadas pelo PCC, em tudo que é certo. De seu lado é visado evitar mais punições, aos usuários de crack não resta outra alternativa que não se esforçar para não atrapalhar as negociações do tráfico, nem cometer infrações que tenham como consequências o prejuízo do próprio uso ou, como pude observar ao longo da minha pesquisa de campo, a restrição de frequentar e circular por tais espaços. (RUI, 2012, p. 150).

---

<sup>39</sup> A internet com as redes sociais são os melhores exemplos da expressão de signos e símbolos da dimensão social do partido.

Portanto, o processo de monopólio de violência (DIAS, 2011a) na cracolândia, trouxe além de leis e punições, uma ideologia a ser seguida pelos usuários, relacionada às dimensões políticas e sociais da facção, tida como finalidade a dimensão econômica, ou seja, o fluxo do tráfico de drogas [crack].

No âmbito cultural, as músicas do gênero *funk* são uma expressão do elo entre o social e o grupo, que podem ser entendidas como forma de entretenimento e narração da realidade vivida pela irmandade. A denominação do *funk* pesadão ou *funk* apologia são vertentes musicais que assemelham o mundo do crime (FELTRAN, 2008), às músicas dos artistas, principalmente em espaços como nas periferias e comunidades das maiores cidades urbanas do Brasil.

Em virtude do domínio hegemônico do PCC em São Paulo, algumas músicas foram criadas em consideração a ele, relatando os ideais, trajetórias, disputas e vitórias que a facção teve. Uma das primeiras músicas do surgimento do *funk* apologia paulista, com bastante aproximação ao *funk* ostentação, obtendo muito sucesso, foi “Primeiro Comando”, do cantor Denner Augusto Sena da Silva, conhecido no meio artístico como MC Zoi de Gato. O próprio nome da música é uma alusão direta com a irmandade, que contém no conteúdo da música, relatos de ações diretas de irmãos do PCC na zona sul de São Paulo, marcando significados próprios do mundo do crime e da sociabilidade direta dos integrantes, como o trecho a seguir:

Sem neurose eu começo esse funk/ Com a maior satisfação / Pois eu tenho consentimento/ Do primeiro a facção/ Foi 5 dias de terror, oh que a Zona Sul tremeu/ Quem abalou a Zona Sul foi o Bonde do Zebedeu/ Não se espante com minhas palavras/ Vou citar sem emoção Mas pra fechar com o primeiro/ Tem que ser de coração/ Paz, Justiça e Liberdade/ Para quem se encontra trancado/ Essa luta não é em vão/ E nossos irmãos já estão bolados/ Vou mandar um forte abraço/ Para o irmão Sidney/ Ronaldinho fecha com a Sul/ Gordão, Cabelo e também o Nenê/ O King, Jagunço e Fabinho/ Abacaxi e o Cocaia/ Tio Cláudio, também chapa quente/ Coyote, Juninho e também Morenga/ O artigo dessa facção vou falar qual é que é/ É o 1533 chapa quente pesado, bolado/ Faz o que é [...]

(MC ZOI DE GATO, 2007)

Com pouco mais de uma década, essa música ainda é tocada e bastante ouvida na internet, deixando um legado para a criação de outras músicas desse gênero apologia a serem disseminadas ao longo dos últimos anos, com a ascensão do *funk* pela juventude de todo Brasil. Ademais, o trecho contém algumas expressões simbólicas, como os codinomes “1533”, “Paz, Justiça e Liberdade”, “Primeiro”, nomes de irmãos do cantor e uma experiência nas ações do partido.

Esse exemplo, mostra como é notável através da música, a questão social do PCC, pois a divulgação desse tipo específico de música é consumido pelos jovens que

correspondem a uma identificação, tornando-se um público alvo com esse universo simbólico. Por sua vez, as enormes problemáticas sobre o conteúdo das letras que instigam uma relação de violência, valorização dos membros ao crime e oposição as forças de segurança pública, reforçam as críticas dos discursos midiáticos, policialescos e da própria sociedade, que condenam todas as vertentes do gênero, logo, marginalizando e criminalizando o *funk*.

Além dessas formas de expressão social através da cultura pela música, há outros modos que personificam a característica social do comando, como a assistência para as populações de seu domínio. Como destacado ao longo da pesquisa, as facções se inserem no vácuo de poder e ocupam os procedimentos que deveriam estar sendo cumpridos pelo Estado, principalmente nas periferias e prisões. Nas prisões, a diminuição da violência, roubo, estupro, entre outras coisas, efetua uma nova responsabilidade social e preceitos, para efetuar a ordem com o bem estar (BIONDI, 2018; BIONDI, 2014; DIAS, 2011a).

Nas periferias, a regulação do cotidiano pelo monopólio de violência também têm aspectos sociais, como a celebração de festas, ajuda com auxílios, como em cestas básicas ou ajuda em dinheiro para algum morador (RUOTTI, 2016), o que não é exclusivo apenas a figura do PCC, mas algo mais geral, que se encontra na ilegalidade da sociedade brasileira, como os comandos<sup>40</sup> do RJ: “Outra possibilidade são investimentos limitados em infra-estrutura e bens públicos (campos de futebol, ruas, serviços de transporte etc.) e ações assistenciais pela distribuição direta de medicamentos e cestas básicas” (LESSING, 2008, p. 54), que por conta de suas próprias particularidades diferentes de SP, têm uma relação com o social diferente, o que gera uma complexibilidade maior, visto que no RJ a grande disputa por poderes é um dos maiores problemas para a segurança pública, pois há confrontos entre o CV, ADA, TCP, PCC, as milícias, a polícia militar, enfim, uma ampla quantidade de organizações, que guerreiam para dominar, conquistar territórios e seus traçar seus próprios objetivos, permeando com ações sociais .

Voltando a imagem do PCC, essas contribuições ajudam manter a conexão entre o político e o social, o que pode ser sintetizada com os relatos que Ruotti captou ao longo de sua pesquisa de campo nas periferias, o que nos facilita a compreender essa nova particularidade, que por sua vez, é a menos conhecida e mais contraditória sobre o partido.

Os relatos indicam benefícios ou auxílios como o oferecimento de cestas básicas, botijões de gás, suporte financeiro para o enterro de alguma pessoa, pagamento de

---

<sup>40</sup> Além dos comandos como foi exposto, as milícias também constroem uma relação com o social, porém com meios diferentes, utilizando a coerção e o medo para impor acordos com a população, algo que as facções cariocas também fazem (MISSE, 2010).

advogado, pintura de conjuntos habitacionais ou ainda promoção de festas (em datas comemorativas, como no “dia das crianças”) e bailes (embora também haja entrevistados que sugeriram que a criminalidade local não presta nenhum tipo de auxílio dessa natureza). (RUOTTI, 2016, p. 185).

Concluindo, as dimensões sociais do comando são as mais complexas e envolvem outros sujeitos que vão além de irmãos e primos. Esses fatores sociais são inseridos em outras temáticas, como o território da cracolândia e o universo do estilo musical do *funk*, estando sempre em constante movimentação e estabelecendo em novos locais, saberes e poderes diferentes.

## CONCLUSÃO

Por fim, após toda explanação, a literatura consultada tenta definir, analisar e investigar o Primeiro Comando da Capital a partir de conceitos ou representações de variados fenômenos sociais, citando o grupo como uma máfia, organização criminosa, facção ou ANEV, entre outras. Todavia, o intuito principal desta obra não foi tentar conceituar nessa perspectiva, mas uma compreensão crítica da realidade a partir da literatura bibliográfica das etnografias e pesquisas sobre o tema.

O foco, portanto, não foi definir como o comando se enquadra, haja vista que a complexibilidade do objeto torna mais desafiador, mas pesquisar suas dimensões, gerando enfoques para o mundo do crime, segurança pública e a sociedade brasileira. Também é importante salientar novamente que não se objetivou a demonização do PCC, muito menos defendê-lo, mas analisar através do rigor científico seus aspectos gerais, como o surgimento, desenvolvimento, rupturas e impactos na sociedade brasileira, dando extrema importância para os estudos em segurança pública no Brasil.

Portanto, a importância da obra não foi enquadrar em um conceito abstrato e geral *a priori*, mas analisar analiticamente a organização *a posteriori*, desde as causas macros, ocasionadas pelos discursos que proporcionam poderes, o que impacta no projeto de segurança pública vigente, que resultou no surgimento do PCC e todas as fases de sua trajetória histórica, direcionada pelas perspectivas que ele atua, isto é, as dimensões da política, bélica, econômica e social.

Isto posto, a metáfora do título “As faces da mesma moeda”, foi uma forma de compreender as dimensões do PCC, analisando cada parte com suas próprias particularidades. Isso significa, que quando o tema da organização é mencionado, deve-se ter o cuidado de compreender as formas que complementam a complexibilidade que é o PCC, com isto, ao mesmo tempo que ele é um objeto de estudo concreto, constituído por indivíduos que se autodenominam pertencentes à facção, que têm dominado territórios, guerreando contra seus inimigos e criando novas lógicas empresariais feitas pela economia criminal, também pode ser estudado de uma maneira diferente, pois as leis, normas, condutas e culturas que o mundo do crime produziu, formou-se em uma ética da criminalidade singular, em que os indivíduos se apropriam e identificam, principalmente aqueles que estão dentro de suas bases de influência.

Assim, não é possível captar apenas uma perspectiva das variadas facetas do PCC sem entender as demais, ou mesmo tirar conclusões precipitadas em razão de suas esferas que

atuam de formas diferentes e até contraditórias entre si, mas captar o desenvolvimento das dimensões diversas que o grupo atua.

Além disso, recorrendo à metáfora proposta trabalhada durante o decorrer dos capítulos, essa “moeda” não deve ser vista pela face moral do bem e mal e do certo e errado no sentido metafísico, caindo portanto nos discursos moralistas e punitivistas. Essa “moeda” também pode ser compreendida pela utilização por outros sujeitos, seja como forma de troca ou no sentido literal, para conquistar dinheiro.

Começando pela última observação, os discursos que correspondem aos grandes programas policiaisco, a reprodução do discurso oficial das polícias e a oratória dos políticos conservadores, utilizam da “moeda PCC” para lucrar, produzindo uma espetacularização através do medo e insegurança da população, trazendo novos *lobbies* com empresas privadas, grandes audiências com o pseudo jornalismo praticado, que naturalizam a morte e normalizam a barbárie, apenas pelo dinheiro e a manutenção do *status quo*.

Esses sujeitos precisam utilizar da “moeda PCC” para permanecer no planejamento de segurança pública atual, enriquecendo alguns setores da classe dominante, com seu discurso moralista e até hipócrita, de medidas abstratas e superficiais, que alimentam a violência e defendem medidas arbitrárias para as forças policiais, provocando ainda mais opressão e intensificando o caos que se tornou a segurança pública.

É nesse sentido que o PCC é uma moeda de troca, uma vez que ele é fundamental para empoderar as forças de segurança pública e privada<sup>41</sup>, tornando uma sociedade urbana cada vez mais militarizada, com excessos de brutalidade, opressão e autoritarismo contra todos que se enquadram no estereótipo criado pelos discursos de “sujeito bandido” (MISSE, 2010).

Desse modo, para evitar e eliminar todas as problemáticas que é o PCC, é extremamente necessário romper com os discursos e os interesses desses sujeitos, que fazem da segurança pública seu negócio para lucrar e obter poder, utilizando o Estado como um meio para chegar a esses fins. Isso tem como resultado, uma sociedade desumana, infestada pelo medo e agressividade, tratando as políticas de segurança pública como mercadoria e não como uma política social.

Além disso, é preciso sanar os graves problemas sociais, como a desigualdade social, a falta de moradia digna, a crise do mundo do trabalho e sua pauperização, a economia, a

---

<sup>41</sup> As eleições de 2018 foram um exemplo dessa questão, em que muitos políticos foram eleitos baseado em um discurso hipócrita e punitivo, tornando o parlamento mais militarizado e polarizado, levando esses políticos a exercerem o cargos de governadores e presidente da República, a partir de um pseudo projeto inconsequente, desastroso e leviano de segurança pública.

forma de justiça penal, o modelo policial, a política de drogas, entre outros tópicos, para assim, diminuir o poder que o PCC conquistou, e produzir um projeto de segurança pública que atenda a todas as classes, credos e etnias, com respeito, dignidade e cumpra o papel de um Estado com políticas coerentes para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Allan de. **Cocaína: a rota caipira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos avançados, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ADORNO, Rubens Camargo Ferreira et al. Etnografia da crackolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano [Ethnography of Crackland: notes about a research in urban territory]. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 4, n. 2, p. 04-13, 2013
- ALMEIDA, Denise Ribeiro. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Revista Formadores: Vivências e Estudos 2014.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. **Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo**. Tempo social, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.
- ALVAREZ, M. C. *et al.* **Serpentes Negras: fantasma das Comissões de Solidariedade ou precursora do Primeiro Comando da Capital (PCC)**. Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. especial, p. 185-195, 2014.
- BIONDI, Karina. **Consumo de drogas na Política do PCC**. Coletivo dar, v. 14, n. 03, 2011.
- BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. 2014.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. Editora Terceiro Nome, 2018.
- BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. **Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais**. Lua Nova, n. 79, p. 39-70, 2010.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputados**. 2020b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- BRASIL. Infopen. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional: relatórios analíticos. **Relatórios Analíticos**. 2020a. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/SP/sp>. Acesso em: 21 jul. 2020
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- COSTA, Caio Túlio. Sobre o medo em São Paulo: Ainda o espetáculo. **Revista USP**, n. 80, p. 98-110, 2009.
- COSTA, Caio Túlio. **Por que a nova mídia é revolucionária**. LÍBERO. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166, n. 18, p. 19-30, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Editora 34, 1992.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2001). **A situação do sistema prisional em São Paulo**. 5º relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil, 2010, 158-165.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percursos**, v. 10, n. 2, p. 79-96, 2009b.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo social**, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011b. APA

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. Dilemas-**Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 83-106, 2009a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 2**. Zahar, 2010.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1994.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Crime e castigo na cidade**: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno crh* 23.58 (2010): 59-73.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). **Rev. Bras. Segur. Pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. Editora Companhia das Letras, 2018. APA

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, v. 30, p. 11-50, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Vinte anos de PCC em São Paulo**: o espaço entre governo e crime. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Luísa; MACHADO, Marta R. de A.; MACHADO, Máira Rocha. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. **Novos estudos CEBRAP**, n. 94, p. 05-29, 2012.

FERREIRA, M. A. S. V.; FRAGMENTO, R. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP—a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Editora Graal. São Paulo SP, 2009.

FOUCAULT, Michel. Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, v. 7, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2004.

JUNIOR, Heitor Frúgoli; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da (s) cracolândia (s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, n. II, p. 73-97, 2013

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime**. Editora Objetiva, 2017.

JOZINO, Josmar. (São Paulo). Jornalista. **Movimentação financeira do PCC aumentou 160 vezes em 15 anos**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2020/10/30/movimentacao-financeira-do-pcc-aumentou-160-vezes-em-15-anos.htm>. Acesso em: 24 fev. 2021.

LESSING, Benjamin. **As facções cariocas em perspectiva comparativa**. Novos estudos CEBRAP, n. 80, p. 43-62, 2008.

LONDRES. WORLD PRISON BRIEF. World Prison Brief data. 2020. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre**. 2015.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SA, 2018.

MARQUES, Adalton. Da " bola de meia" ao triunfo do " Partido": dois relatos sobre o " proceder". Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 1, 2007.

MC ZOI DE GATO. **Primeiro Comando**. São Paulo: Desconhecido: 2007: Disponível em: <https://youtu.be/BUAkt7VwjvA>

MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. O Brasil na virada do século. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará**, v. 1, p. 78-89, 1995.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan. 2008

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de sociologia e política**, 19(40). 2011.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria " bandido". **Lua Nova**, (79), 15-38. 2010.

MOREIRA, Alex. **O PCC em São Paulo: coletivo de presos ou organização criminoso?** 2012.

ONODERA, Iwi. *et al.* **Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru**. 2007.

PEREIRA, Maiara Cano Romero; DE LIMA MORO, Naiara; COSTA, Natalina Sierra Assêncio. **Formação ideológica e os efeitos de sentido presentes em diário de um detento, de Racionais mc's**, 2017

RACIONAIS MC's. **Diário de um detento**. São Paulo: Cosa Nostra: 1998: Disponível em: <https://youtu.be/er-bYI9-3hM>. Acesso em 24 fev. 2021.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**; trad. Maria do Rosário Gregolin, 2005.

RUI, Taniele et al. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SALLA, Fernando. *et al.* As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2007.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. Políticas Penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (RDD) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Segurança Pública. **Dados Estatísticos do Estado de São Paulo**. 2020. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 24 out. 2020.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo**. Annablume Editora, 2018.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argumentum, 2010.

TERRA, Livia Maria. Identidade Bandida: A construção social do estereótipo marginal criminoso. **Revista LEVS**, n. 6, 2010.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. Editora Companhia das Letras, 2005.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ADORNO, Luis; COSTA, Flávio (Brasil). **Preso em Moçambique, Fuminho planejava controlar o tráfico na África**. 2020. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/04/14/preso-em-mocambique-fuminho-planejava-controlar-trafico-na-africa.htm>. Acesso em: 23 mar. 2021
- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil-Problemas e desafios. **Revista Usp**, n. 9, p. 65-78, 1991.
- AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Editora Record, 2003.
- BARREIRA, César. **Crimes de pistolagem e de mando**. 2014. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21049/1/2014\\_capliv\\_cbarreira.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21049/1/2014_capliv_cbarreira.pdf) . Acesso em: 10. Set. 2020.
- BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. **Sociologias**, n. 8, p. 52-83, 2002.
- BEZERRA, Vinicius; SILVA, Luiz Eduardo Lopes. O "Comando Organizado do Maranhão"(COM) e a guerra de facções na periferia maranhense. **História Revista**, v. 25, n. 3, p. 111-132, 2020.
- BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois" comandos" prisionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 39-70, 2010.
- CARBONE, Silvia Maria. Justiceiros: agentes e vítimas da violência?. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 3, 2008.
- CHICHOSKI, Alessandro Luiz. Securitização do Crime Organizado Transnacional na América do Sul e o Surgimento de Novas Ameaças. **Conjuntura Global**, v. 8, n. 1, 2019.
- DA SILVA, Uvanderson Vitor; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. **E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL**, 2019.
- DE ANDRADE, Flávio Eduardo. Linchamento: a punição como restituição da ordem. **Revista Sem Aspas**, v. 7, n. 2, p. 292-301, 2018.
- DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 22-31, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. v 5, Col. Trans, Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 1997
- DE LIMA VEDOVELLO, Camila. **As chacinas em São Paulo: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9**, 2020.
- DE LIMA VEDOVELLO, Camila; RODRIGUES, Arlete Moysés. As chacinas em São Paulo. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, n. 2, p. 161-179, 2020
- DIAS, Camila et al. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2015.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminosas e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB–Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 90, p. 1-16, 2019.

DUARTE, Thais Lemos. Vácuo no poder? Reflexões sobre a difusão do Primeiro Comando da Capital pelo Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 122, p. 77-96, 2020.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida: "Os justiceiros". **Tempo Social**, v. 4, n. 1-2, p. 43-52, 1992.

FORUM SEGURANÇA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: Financiamento da segurança pública, Homicídios, Letalidade/vitimização policial, Sistema prisional. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 25 Out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973), São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015

FOUCAULT, Michel. Segurança. Território e População. **São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora**, 2008.

FOUCAULT, Michel; DA FONSECA, Márcio Alves; MUCHAIL, Salma Tannus. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 2006.

LEITE, Deylane Azevedo Moraes. **Abandono e invisibilidade da mulher encarcerada**: as presas definitivas do conjunto penal feminino da Mata Escura sob a ótica da criminologia feminista [tese]. Salvador: UFBA; 2017.

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz. 2013. **Mulher Fiel: As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital**. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciência, Universidade Federal de São Carlos

MARQUES, Adalton José. **“Faxina” e “pilotagem”**: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional. 2008.

MARQUES, Vagner Aparecido. A DUPLA VIDA DO PESQUISADOR: etnografia da conversão ao pentecostalismo de membros do PCC na zona leste de São Paulo. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 7, n. 14, 2013.

MARTINS, Caio Felipe Varela et al. **Molar e molecular**: o pensamento como ato criativo em Gilles Deleuze. 2017.. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 295-310, 1995.

MARTINS, José de Souza. Linchamento o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo social**, v. 8, n. 2, p. 11-26, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. EDIPRO, 2019.

SOUZA, Lídio de. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. **Análise Psicológica**, v. 17, n. 2, p. 327-338, 1999.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. **Poder de política, Política civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)**. 1998. 1998. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, USP.